

carris 

relatório e contas 2004

carris 

DESIGN: www.tvmdesigners.pt

FOTOGRAFIAS: Audiovisuais/CCFL

PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Gráfica Maiadouro

DEPÓSITO LEGAL: 88549/95

Lisboa 2005



relatório e contas 2004

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

Capital Social realizado: 163.532.270,02 euros

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, n.º 172

Sede Executiva: Al. António Sérgio Miraflores, 2795-022 Linda-a-Velha

Sede Social: Rua 1.º de Maio, 103 - Lisboa

Índice

Órgãos Sociais	7
Relatório de Gestão	
1. Apresentação	11
2. Serviço Prestado	14
3. Recursos Humanos	25
4. Recursos Materiais e Tecnologias	29
5. Recursos Financeiros	35
6. Resultados Económicos	38
7. Evolução Prevista	45
8. Proposta de Aplicação de Resultados	46
9. Considerações Finais	46
Contas do Exercício	49
Relatório e Parecer do Fiscal Único	71
Certificação Legal das Contas	75

Orgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE	Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
VICE PRESIDENTE	Dr. António Pinto Leite
SECRETÁRIO	Dr. Manuel Antunes Vicente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	Dr. José Manuel Silva Rodrigues
VOGAIS	Eng.º Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma Eng.º Augusto António Brinquête Proença Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira Dr. António de Carvalho Santos e Silva

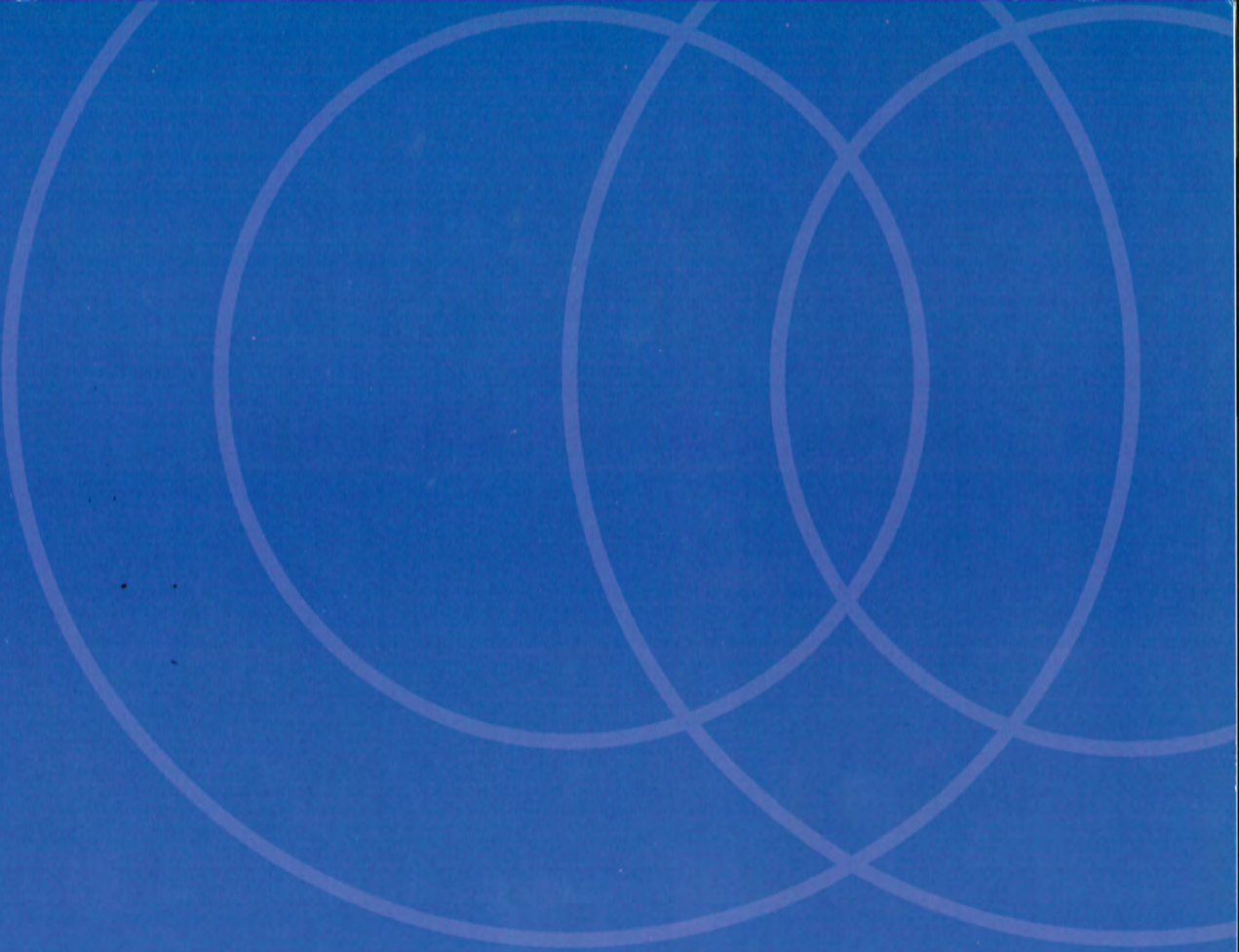
FISCAL ÚNICO

SUPLENTE	RRR-Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues (SROC nº 88), representada por Dr. Leontino Raimundo Aleixo (ROC nº 98) Dr. Luís Marques Granja (ROC)
----------	---

UNIDADES DE NEGÓCIOS, DIRECÇÕES E OUTROS ÓRGÃOS DE 1ª LINHA

UNIDADE DE CONTROLO OPERACIONAL E PLANEAMENTO DE REDE [COORDENADOR]	Eng. Tec. José Maia
UNIDADE DE NEGÓCIOS DE EXPLORAÇÃO DE AUTOCARROS [COORDENADOR]	Eng. Élio Serra
UNIDADE DE NEGÓCIOS DO MODO ELÉCTRICO [COORDENADOR]	Eng. Vitor Gonçalves
UNIDADE DE NEGÓCIOS DE MANUTENÇÃO [COORDENADOR]	Eng. José Freire da Fonseca
DIRECÇÃO FINANCEIRA	Dr. Carlos Sousa Bentes
DIRECÇÃO DE LOGÍSTICA	Eng. Jorge Nabais
DIRECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	Eng. Tec. Pedro Martins Pereira
SECRETARIA GERAL	Dr. Luís Vale
GABINETE DE APOIO JURÍDICO E CONTENCIOSO	Dr. Manuel Vicente
GABINETE DE PLANEAMENTO, CONTROLO DE GESTÃO E AUDITORIA	Dr. Carlos Sousa Bentes
GABINETE DE QUALIDADE E SEGURANÇA	Eng. António Parente
PROVEDOR DO CLIENTE	Eng. António Quaresma





relatório de gestão

consubstancia uma significativa e bem visível melhoria da qualidade do transporte que a CARRIS presta, considerando o facto de os novos autocarros serem de piso rebaixado, dispondo de ar condicionado e estando equipados com Sistemas de vídeo-vigilância e alguns (20) também com cabina de protecção do Motorista.

6 No domínio do **Aprovisionamento foram renovados** vários contratos com os respectivos fornecedores, visando a obtenção de melhores condições de preço, como foi o caso, entre outros, do gasóleo, dos pneus, da electricidade e das peças e sobresselentes necessários para a manutenção dos veículos.

7 A **rede de vendas da Empresa** foi, também, objecto de medidas que visam, ao mesmo tempo, a melhoria do serviço prestado ao cliente e a redução dos respectivos custos. Neste contexto, mereceu destaque as negociações que foram desenvolvidas com os CTT e a Rede "Pay-Shop" que permitem, desde Fevereiro deste ano, a venda em cerca de 70 Estações dos CTT e 200 Lojas da rede "Pay-Shop" dos títulos de transportes "Lisboa Viva" e "Sete-Colinas".

Neste domínio, está previsto a partir do final do 1.º semestre deste ano, o carregamento do Lisboa Viva nos terminais ATM's.

8 Por outro lado, a Empresa continuou disponível e interessada no processo de **rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo**, procurando-se, assim, de forma gradual, concretizar a indispensável redução de efectivos nas áreas técnica, administrativa e de manutenção.

Assim, em 2004, concretizaram-se 304 rescisões por mútuo acordo, dispondo a Empresa, no final do ano, de 2859 trabalhadores, encontrando-se efectivamente na Empresa 2801 trabalhadores, o que representa cerca de mais 100 do que o objectivo estabelecido para o final de 2005 (2700 trabalhadores).

É de referir que **prosseguirá em 2005** a política de rescisões por mútuo acordo. Ao mesmo tempo, pretende-se renovar o quadro de Effectivos da Empresa, condição indispensável ao seu progresso e modernização, o que se concretizará no ano em curso com a realização de um estágio, durante 1 ano, de 15 jovens licenciados, tendo em vista o recrutamento dos melhores candidatos no final do referido estágio.

Realizar-se-ão também, em 2005, cerca de 200 novas admissões de pessoal tripulante – Motoristas e Guarda Freios.

9 Por outro lado, em 2004 iniciou-se o processo de mudança das instalações dos Serviços Centrais de Santo Amaro para Miraflores o qual estará concluído em Março/Abril deste ano, o que se traduz na melhoria dos espaços físicos das diferentes áreas da Empresa, reflectindo-se em melhores condições de trabalho, ao mesmo tempo que se reduzem os custos de funcionamento e se liberta um activo que, no futuro, poderá vir a ser alienado, permitindo o início da constituição de um Fundo de Pensões tendo em vista garantir as responsabilidades com complementos de reforma estimadas em cerca de 180 milhões de euros.

10 Merece, também, destaque a continuação da Associação e/ou dinamização, por parte da CARRIS, de projectos de índole cultural, designadamente a consolidação e alargamento do nosso espólio museológico, com a criação do núcleo da Tipografia, recentemente inaugurado. Realizaram-se duas Exposições de grande interesse, que contaram com muitos visitantes, "Born in Europe", em 2004 e "Os Amarelos da Carris", já em 2005.

Neste domínio é, também, de recordar o apoio permanentemente prestado à Banda de Música da CARRIS no âmbito das Comemorações dos 75 anos de existência.



11 Com o objectivo de introduzir uma melhoria nos capitais próprios e porque uma parte substancial dos terrenos e edifícios estavam valorizados por montantes muito inferiores ao preço de mercado, para uso continuado, o Conselho de Administração resolveu proceder a uma reavaliação livre com base em avaliação efectuada por entidade de reconhecida competência e idoneidade. Deste processo, resultou uma reserva de reavaliação de 35,8 milhões de euros.

12 As medidas acabadas de referir e os resultados positivos delas decorrentes enquadram-se no programa de reestruturação que o Conselho de Administração se propôs concretizar no triénio 2003-2005.

Fica, assim, demonstrado que o caminho de déficits crescentes e de acomodação a um definhamento progressivo foi invertido, vivendo, actualmente, a CARRIS um novo tempo, reconfigurando-se como Empresa para melhor responder aos múltiplos e complexos desafios com que hoje estamos confrontados.

Mas não nos iludamos: as tarefas que temos ainda pela frente são difíceis e exigem-nos trabalho.

13 Para além de termos de prosseguir nas medidas para aumentar a eficácia e ganhar eficiência, importa não esquecer que é preciso concretizar a reestruturação do sistema tarifário, a expansão da rede de Corredores Bus, a restrição das condições de circulação e estacionamento do transporte individual.

Neste domínio particular algum progresso foi conseguido em 2004, com a criação de alguns novos corredores, a instalação de separadores físicos no corredor da Rua da Junqueira e o início da intervenção dos "Vigilantes".

14 É, porém, pouco face ao que há para fazer, nestes domínios, esperando-se que a nova Autoridade Metropolitana de Transportes dê sinais concretos em 2005, evidenciando, competência e meios, isto é capacidade para concretizar o que dela se espera: a adopção das medidas de coordenação dos diferentes intervenientes, visando a criação de um sistema integrado de transportes que assegure novas condições de mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, assentes em mais e melhores transportes colectivos, consequentemente um espaço com menos automóveis, com menos congestionamento e poluição, com maior qualidade de vida.

São estes os desafios do nosso tempo.

15 Estamos seguros que, com o nosso trabalho, saberemos encontrar, em tempo útil, as respostas adequadas e que seremos capazes de tornar a CARRIS uma Empresa mais moderna, dinâmica, flexível, capaz de contribuir no futuro, tal como já fez no passado, para o desenvolvimento de Lisboa, sabendo tornar-se uma Empresa indispensável à construção de uma Cidade mais competitiva, uma Cidade onde todos gostemos, cada vez mais, de viver e trabalhar.

2 Serviço Prestado

Participação em Eventos

Para além da sua actividade de prestação do serviço de transporte público regular, a Carris esteve activamente envolvida nos diversos eventos realizados em Lisboa durante 2004, contribuindo para a afirmação do transporte público como meio indispensável para a respectiva acessibilidade.

No **Euro2004**, a Carris integrou os dois grupos de trabalho expressamente criados para a preparação da actividade transporte, nas componentes promoção/informação e operacional.

No que respeita à promoção/informação foram desenvolvidas plantas do sistema global de transportes públicos abrangendo a Área Metropolitana de Lisboa e incluindo todos os modos e operadores. Foram criados postos de informação multimodais, foi desenvolvida uma campanha publicitária promovendo a deslocação para os estádios através de transporte público e criados elementos de sinalética de encaminhamento para os estádios.

Durante todo o período em que decorreu o campeonato e correspondendo ao incremento da actividade turística em Lisboa, esteve em funcionamento uma carreira especial com a designação de "2004" ligando o centro da cidade aos vários pólos de atracção, incluindo o Aeroporto, o Parque das Nações e Belém.

Foi ainda reforçada a oferta das carreiras mais procuradas pelos turistas, nomeadamente as carreiras 15 e 28 de eléctricos e 14 e 37 de autocarros.

A Carris colaborou, ainda, no reforço da capacidade do aeroporto de Lisboa, através do fornecimento de um serviço ininterrupto de ligação entre o terminal da Portela e o terminal provisório de Figo Maduro.

Durante o período do Euro2004 a Carris manteve em funcionamento na zona de chegadas do aeroporto da Portela, por deferência da ANA, EP, um posto de informação e venda de títulos de transporte.

Também no festival **Rock in Rio** a Carris esteve presente no planeamento das respectivas acessibilidades, com a organização e outros operadores e entidades, tendo montado um serviço especial complementar ao transporte pesado durante os dias do evento. Ainda no âmbito dos eventos musicais, a Carris efectuou um serviço especial de transporte para o **Super Rock / Super Bock**.

No final do ano a Carris, integrando o conjunto dos operadores e modos de transporte da Área Metropolitana de Lisboa, participou no transporte dos cerca de 25.000 jovens que estiveram presentes no **Encontro Europeu de Jovens TAIZÉ**, realizado em Lisboa.

2.1 Rede

A rede de serviço público registou em 2004 um ligeiro decréscimo na extensão da rede de autocarros, devido essencialmente a alterações de percurso de várias carreiras das quais se salientam as carreiras 3, 7 e 206, e ainda a supressão das carreiras 4, 72 e 101.

Rede de Serviço Público em 31/12/2004

CARACTERÍSTICAS	AUTOCARROS	ELÉCTRICOS
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)	2.001	60
Extensão da Rede (via simples - km)	660	48
Número de Carreiras	97	5
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)	20,6	12,1

2.2 Oferta

Durante 2004, concretizou-se o processo de revisão da oferta, iniciado no ano anterior no âmbito da reestruturação da Empresa, procurando ajustar a oferta à redução da procura através da variação da frequência das carreiras, nomeadamente em períodos de menor procura.

O nº de veículos-km registou uma variação de -5,3% em autocarros e de -9,9% em eléctricos, traduzindo-se num decréscimo de -5,5% no conjunto das redes.

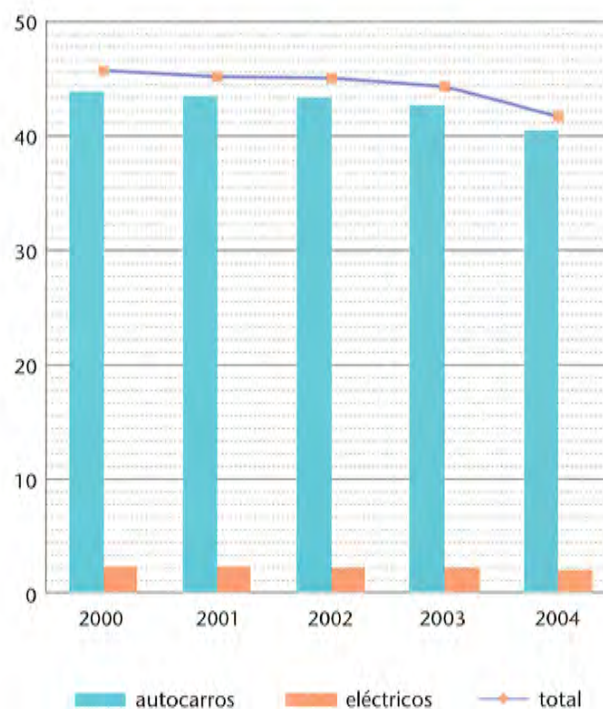
A oferta expressa em "lugares-km" teve evolução semelhante aos veículos-km, tendo-se verificado um ligeiro aumento da lotação média em autocarros de 91,85 para 92,00.

Oferta

EXPLORAÇÃO	VEÍCULOS - KM (10 ³)			LUGARES - KM (10 ⁶)		
	2004	2003	Δ%	2004	2003	Δ%
Autocarros	40.277	42.532	-5,3	3.705	3.907	-5,2
Eléctricos *	1.871	2.076	-9,9	151	167	-9,6
TOTAL	42.148	44.608	-5,5	3.856	4.074	-5,4

*Inclui ascensores

Veículos-km (10⁶)





2.2.1 Optimização da Oferta

Durante este ano, prosseguiu o processo de ajustamento da oferta e reformulação das escalas de serviço, visando a optimização da relação oferta-procura e o aumento da produtividade do pessoal tripulante. Este processo, iniciado em 2003, foi concluído no final do 3º Trimestre de 2004.

Em resultado do conjunto de acções que integraram o processo, em 2004 a oferta anualizada, em Veículos x km, foi reduzida em 4,7% tendo sido obtido um acréscimo de produtividade de 2,7 % nas escalas do pessoal tripulante.

2.2.2 Corredores Bus

Em 2004 foram criados mais 8 novos corredores e prolongados 3 numa extensão de 5,68 Kms.

Embora no relatório e contas de 2003 existisse referência à preparação da actividade dos "Vigilantes" dos corredores, esta só se iniciou em Setembro de 2004.

2.2.3 Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros (3ª fase)

Decorreu, em 2004, o desenvolvimento das aplicações relativas à implementação da 3ª e última fase do sistema de ajuda à exploração.

A Central de Comando de Tráfego foi integralmente equipada com o novo sistema, através da instalação de 6 novos postos de gestão da rede em tempo real. Simultaneamente foram desactivados os postos SICRA (Sistema de Comunicações via rádio), sistema que entrou em funcionamento no início da década de 90 e que agora foi descontinuado.

Contudo, não foi possível iniciar a instalação dos 150 novos painéis de informação nas paragens, o que está previsto para o 1º trimestre de 2005.

2.3 Procura

Os passageiros gratuitos e em fraude tiveram o significativo decréscimo de 27,1%, cifrando-se a respectiva taxa em 2,9%, fundamentalmente devido à redução da taxa de gratuitos em 31,1%.

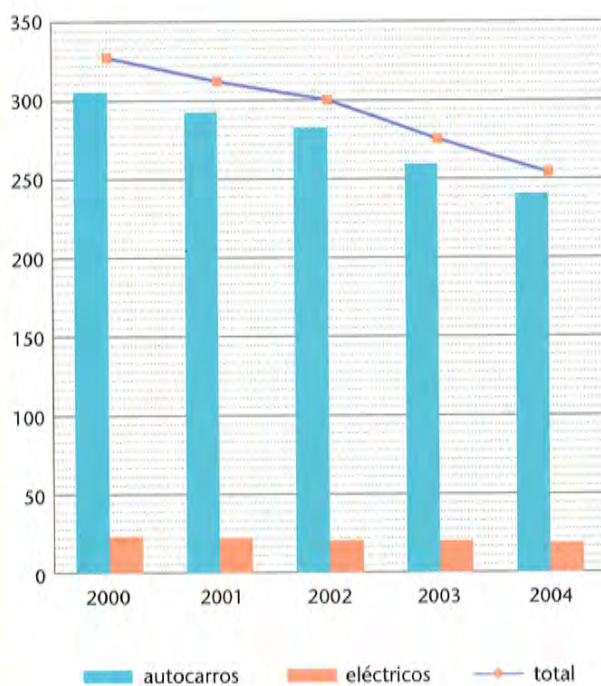
A taxa de fraude detectada teve uma redução de 17,8%, cifrando-se em 0,97%, tendo essa redução incidido sobre ambas as redes. Na rede de autocarros a redução foi de 1,19% e na rede de eléctricos de 1,33%, sendo as taxas de fraude detectada de 0,98% e 1,01%, na rede de autocarros e na rede de eléctricos, respectivamente.

Procura

EXPLORAÇÃO	PASSAGEIROS (10 ³)			PASSAGEIROS * km (10 ⁶)		
	2004	2003	Δ%	2004	2003	Δ%
Autocarros	238.516	257.250	-7,3	811	875	-7,3
Eléctricos *	18.092	19.489	-7,2	39	42	-7,1
TOTAL	256.608	276.739	-7,3	850	917	-7,3

* inclui acromore

Passageiros Transportados (10⁶)



2.4 Qualidade de Serviço

Melhoria da Relação Social e Comercial com os Clientes

No final do ano teve início o plano para a Melhoria da Relação Social e Comercial da Empresa com os Clientes. Este plano envolve toda a Empresa, com especial realce para os Tripulantes e outros grupos profissionais que de alguma forma contactam com o Cliente.

Trata-se de um plano ambicioso que visa a mudança da atitude da Empresa e seus profissionais perante o Cliente, que consubstancia na realização de acções de formação adaptadas a cada grupo profissional, abrangendo a totalidade dos destinatários referidos, num curto espaço de tempo, prevendo-se a sua conclusão em Abril de 2005.

Trata-se de um processo de mudança que conta também com o desenvolvimento ao nível da aplicação de novas tecnologias em vários domínios da actividade da Empresa, em benefício da sua capacidade de melhor servir os Clientes.

2.4.1 Velocidade de Exploração (km/h)

A Velocidade de Exploração sofreu um ligeiro decréscimo de -0,1, tendo para tal contribuído ambas as redes.

Velocidade de Exploração			
	2004	2003	Δ%
Autocarros	14,75	14,76	-0,1
Eléctricos	10,18	10,27	-0,9
TOTAL	14,46	14,47	-0,1

2.4.2 Taxa de Ocupação (%)

À semelhança do ano anterior, verificou-se um decréscimo da taxa de ocupação global em resultado da redução da procura, a qual não foi totalmente acompanhada da correspondente redução da oferta. Contudo, na rede de eléctricos verificou-se um aumento, mantendo a tendência de anos anteriores para uma taxa de ocupação superior à dos autocarros.

Taxa de Ocupação			
	2004	2003	Δ%
Autocarros	21,9	22,4	-2,2
Eléctricos *	26,2	25,4	3,1
TOTAL	22,1	22,5	-1,8

* inclui ascensores

2.4.3 Taxa de Acidentes

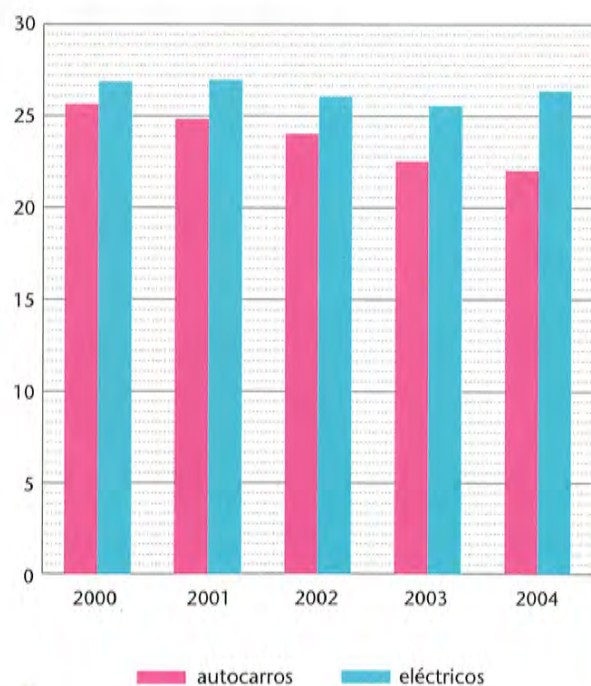
A Taxa de Acidentes apresentou um acréscimo na rede de autocarros e decréscimo na rede de eléctricos

Taxa de Acidentes (Acidentes por milhão de VK percorridos)

	2004	2003 (a)	Δ%
Autocarros	39,4	37,4	5,3
Eléctricos *	92,2	96,5	-4,5

* inclui ascensores (a) alterado o critério de registo de nº de acidentes

Taxa de Ocupação (%)





2.4.4 Regularidade

Como indicador indirecto da Regularidade do Serviço, continua a utilizar-se “O número de quilómetros perdidos, por engarrafamentos e outros problemas de trânsito, por milhar de quilómetros percorridos”.

Contrariamente ao que se tem verificado nos anos anteriores este indicador apresentou um acréscimo, contributo do significativo aumento de 34,1% verificado na rede de autocarros. Este facto resulta essencialmente dos congestionamentos resultantes de obras na cidade.

Manteve-se em 2004 a redução que já se vinha verificando de anos anteriores de decréscimo do número de interrupções da circulação devido a veículos mal estacionados, embora o número registado ainda seja preocupante. Intervenções pontuais, tal como a realizada na Rua dos Cavaleiros que permitiu a eliminação deste tipo de ocorrências, são exemplo a seguir.

Engarrafamentos (Número de km perdidos por milhar de VK percorridos)

	2004	2003	Δ%
Autocarros	5,5	4,1	34,1
Eléctricos	5,6	6,1	-8,2
TOTAL	5,5	4,2	31,0

2.4.5 Gestores de Carreira

Durante o ano de 2004 entrou em funcionamento em todas as Estações da Empresa um novo sistema de enquadramento de Pessoal Tripulante.

Em cada Estação, foram criadas equipas de enquadramento lideradas pelos Gestores de Carreira, cujo objectivo é o de relançar e dinamizar a actividade de acompanhamento e gestão das carreiras, tanto a nível operacional como na vertente comercial.

A sua actividade, centrada nas carreiras que lhes estão confiadas, tem vindo a incidir sobre o enquadramento e avaliação dos Tripulantes, análise do desempenho das carreiras e da qualidade do serviço prestado.

A reorganização da actividade de enquadramento do Pessoal Tripulante passará, assim, por uma fase de consolidação, constituindo um processo de mudança organizacional que se traduzirá numa maior aproximação da Hierarquia aos Tripulantes.



2.4.6 SIP – Sistema de Informação ao Passageiro

De entre as acções desenvolvidas com o objectivo de melhorar a relação com o Cliente, destaca-se o projecto SIP – Sistema de Informação ao Passageiro, cuja principal finalidade é o de proporcionar a informação, via telemóvel por SMS, sobre o horário real de passagem dos veículos nas paragens.

Este sistema entrou em funcionamento e foi disponibilizado aos Clientes, ainda em regime experimental e gratuito, no início da 2ª quinzena de Dezembro, enquadrando-se na melhoria da qualidade de informação prestada aos Clientes, com o objectivo de tornar o transporte público mais credível, competitivo e atractivo.

As funcionalidades deste sistema permitem:

- Informação do tempo (em minutos) para chegada do próximo veículo de cada carreira na paragem seleccionada;
- Consulta do tempo (em minutos) para a chegada dos três próximos veículos de uma determinada carreira na paragem seleccionada.

2.5 Tarifário

2.5.1 Sistema Tarifário

■ A revisão tarifária anual foi efectuada em duas fases: a 1 de Fevereiro com um aumento de 1,5% só em passes (com exclusão dos passes exclusivos da Carris e do passe L) e a 1 de Março com um aumento médio de 5,3% no passe L e nos títulos exclusivos da Carris.

■ Na sequência do aumento dos combustíveis que representam um peso considerável nos custos de exploração das empresas de transportes, os preços foram revistos novamente a 1 de Outubro traduzindo-se num aumento médio de 2,5%.

■ O aumento médio de preços resultante das três revisões tarifárias atinge os 8,3% com a desagregação por título de transporte abaixo indicada.

Aumento de Tarifas em 2004

	PASSES	PRÉ-COMP	BILHETES	GLOBAL
FEVEREIRO	1,5 %	0 %	0 %	1,4 %
MARÇO	2,7 %	30 %	7 %	5,3 %
OUTUBRO	2,9 %	0 %	0,8 %	2,5 %
GLOBAL	6,1 %	30 %	7,8 %	8,3 %

No entanto, o aumento médio anual de preços registado em 2004 não ultrapassa os 5,6%, assim distribuído por título de transporte:

- Passes 3,5%
- Pré-Comprados 25%
- Bilhetes 6%

2.5.2 Variação das Receitas

Em 2004 as receitas de exploração atingiram os 70,7 milhões de euros o que representa uma redução de 2,3%, em termos reais, relativamente a 2003, como se pode verificar a partir dos valores do quadro:

Receitas Directas de Exploração (euros de 2004)		(milhares de euros)	
	2004	2003	Δ %
Passes*	46.015	48.580	-5,3
Pré-Comprados	12.995	12.318	5,5
Bilhetes	11.673	11.436	2,1
TOTAL	70.683	72.334	-2,3

* Inclui receitas do Lisboa Card

As receitas directas não acompanharam a variação dos preços, por efeito da quebra dos passageiros com título de transporte pago (TTP) de 6,3% assim desagregada:

Passageiros com TTP (10 ³)			
	2004	2003	Δ %
Passes	212.956	227.387	-6,3
Pré-Comprados	21.731	25.349	-14,3
Bilhetes	14.666	13.376	9,6
TOTAL	249.353	266.112	-6,3

Da análise à distribuição por título de transporte salienta-se uma perda acentuada nos pré-comprados (-14,3%), bem como na tarifa de bordo (-7,8%).

Relativamente aos passageiros com passe (passes + Carris Lisboa) a quebra foi de 6,3%.

Este decréscimo é significativo em Passes e deve-se:

- À alteração da chave de repartição de receita do passe L, responsável pela quebra de 1% na receita líquida de passes, cerca de 486 mil euros, o que representa um decréscimo de 0,7% em termos de receita líquida global que, a ter-se mantido a chave de repartição aumentaria 0,8% em vez de 0,1%.
- Ao decréscimo das vendas de passes (-284,8 mil passes vendidos), generalizado a todos os Grupos de Passes.

Evolução das Vendas por Grupo de Passes (Quantidades)

	2004	2003	Δ %
INTERMODAIS *	3.475.961	3.695.057	-5,9
COMBINADOS	626.784	659.172	-4,9
PRÓPRIOS	383.242	416.557	-8,0
Carris Lisboa	323.135	339.199	-4,7
Passe Carris	60.107	77.358	-22,3
TOTAL	4.485.987	4.770.786	-6,0

* Excluem-se as vendas dos passes 12, 123 e 23 por não terem repercussão ao nível das receitas da Carris

A quebra na venda dos Passes decorre de:

- Transferências para os passes Próprios e Combinados do Metro, resultante da expansão do Metro a Odivelas e Amadora o que torna a rede deste Operador muito mais apetente. A redução das vendas dos passes Próprios e Combinados da Carris é particularmente gravosa dado que cada vez mais se reduz o segmento de clientes fidelizados e que melhor remuneram a Empresa.

- Existência de fraude de difícil quantificação e detecção decorrente do facto de os Operadores que ainda não implementaram o novo sistema de bilhética electrónica.

O acréscimo verificado na receita de Pré-comprados de 5,5%, em termos reais, traduz uma quebra decorrente da redução da procura (-14,3) que se deve:

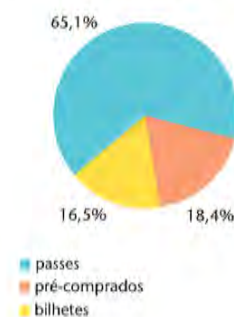
- Retracção da procura decorrente do aumento 30% que se verificou em Março de 2004 no preço do Pré-comprado.
- Transferência para os novos bilhetes horários Carris/Metro e exclusivos da Carris em suporte "7 Colinas" que despenalizaram os transbordos na Carris.
- Transferências para os bilhetes de Metro decorrente do prolongamento da sua rede.

O aumento de 6% no preço dos bilhetes, não se traduziu integralmente na receita directa desse título de transporte devido a :

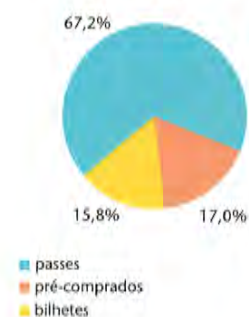
- Integração tarifária Carris/Metro implementada em Março de 2004 com a criação de bilhetes combinados em suporte "7 Colinas" que implicaram a eliminação dos bilhetes exclusivos do Metro de 1 e 7 dias e da Carris de 1, 3, 4 e 7 dias, tendo as vendas dos novos bilhetes, que deveriam resultar das transferências dos títulos eliminados, sido muito inferiores às expectáveis.

- Menor base tarifária dos novos bilhetes criados em suporte electrónico.
- Quebra de 7,8% na procura da tarifa de bordo resultante de transferências quer para os novos bilhetes electrónicos quer para bilhetes de Metro.

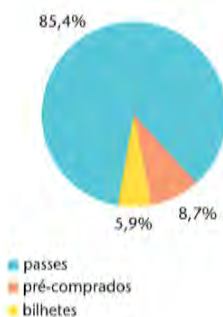
Receitas Directas de Exploração de 2004



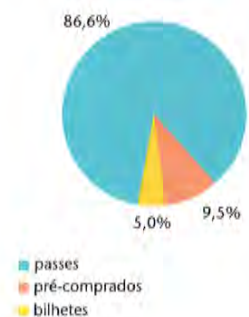
Receitas Directas de Exploração de 2003



Passageiros com Título de Transporte Pago de 2004



Passageiros com Título de Transporte Pago de 2003





2.5.3 Bilhética

Em 2004 deu-se continuidade ao projecto de implementação de um novo sistema de bilhética electrónica sem contacto na Carris que se desenvolveu a dois níveis:

- Ao nível dos suportes electrónicos para os títulos de transporte:

Cartões "Lisboa Viva"(Passes) - Completou-se a campanha, iniciada em Dezembro de 2003, de substituição dos cartões de passe tradicionais dos clientes da Carris pelos cartões electrónicos Lisboa Viva que se saldou num êxito considerável, tendo-se emitido cerca de 225 mil cartões Lisboa Viva. A utilização generalizada deste suporte para passes é determinante no sucesso do novo sistema de bilhética.

Cartões "7 Colinas" (Bilhetes) - Lançamento em Março de 2004 deste novo suporte electrónico sem contacto (CTS) para bilhetes.

- Ao nível do tarifário:

O processo de integração tarifária Carris/Metro iniciou-se em Março, sendo viabilizado pela implementação dos novos suportes electrónicos para os títulos de transporte.

O cartão "7 Colinas" permitiu a criação dos seguintes bilhetes combinados Carris/Metro (horários e diários) - Bilhete Simples Urbano (1 hora), Bilhete Simples Rede (1:30 hora), Bilhete 1 Dia, Bilhete de 5 Dias

Em simultâneo foram eliminados na Carris os bilhetes exclusivos de 1, 3, 4 e 7 Dias.

Foram também criados em suporte "7 Colinas" os seguintes bilhetes horários exclusivos da Carris, comercializados em conjuntos de 5 e 10 unidades- Bilhete 1 Zona (1 hora), Bilhete 2 Zonas (1:30 hora).

Foi ainda criado em Abril um novo passe combinado válido em toda a rede da Carris e do Metro, incluindo as extensões suburbanas do Metro à Amadora e Odivelas, designado por Carris/Metro rede.



2.6 Comunicação e Imagem

A realização de grandes eventos, neste ano, em particular o “Rock in Rio” e o Euro 2004, propiciou o desenvolvimento de acções de comunicação de grande envergadura e relevo que contribuíram, além disso, para a aproximação entre os diferentes operadores de transporte público, num domínio em que a integração assume um papel fundamental. Para o efeito, foram desenvolvidas plantas do sistema global de transportes públicos, incluindo todos os modos e operadores e abrangendo toda a Área Metropolitana de Lisboa. Foram criados postos de informação multimodais, foi desenvolvida uma campanha publicitária promovendo a deslocação para os estádios através de transporte público e foram criados elementos de sinalética de encaminhamento para os estádios onde se desenrolaram os jogos do Euro 2004.

Ainda no domínio das acções publicitárias, foram desenvolvidas campanhas relativas ao “7 Colinas” e à “Extensão do Metro a Odivelas”, ambas em parceria com o Metropolitano de Lisboa. Em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa e os outros operadores públicos de Lisboa, foi lançada a campanha do “Sistema de Transportes de Lisboa”. Por fim, apenas com a responsabilidade da Carris, foram desenvolvidas campanhas divulgando a utilidade dos “Painéis de informação SAEIP” e estimulando o “Recrutamento de Motoristas”. Foi ainda concebida e preparada uma campanha relativa ao SIP (Sistema de Informação ao Passageiro por SMS).

O processo de aquisição de novos autocarros obrigou, numa primeira fase, à definição de uma nova decoração exterior para os veículos e, aquando da sua entrada ao serviço, à realização de acções promocionais directas junto dos clientes e potenciais clientes de cada carreira beneficiária desta nova frota.

O lançamento do sistema de vigilância de corredores BUS, depois de criada uma imagem própria para os veículos, foi também objecto de uma campanha promocional de divulgação.

As diversas etapas do processo de implementação do sistema de bilhética sem contacto foram sempre acompanhadas de acções de comunicação, com formas e suportes ajustados a cada etapa.

A continuação da acção designada por “Plantas de Bairro” abrangeu a zona de São Bento. A aproximação às Escolas resultou numa acção conjunta com o Metro de Lisboa e Transtejo em cerca de 50 Escolas do ensino secundário e universitário.

O sítio da Carris na Internet foi reformulado, na sua forma de apresentação, que mereceu diversos elogios por parte dos nossos clientes. Um sintoma claro da sua utilidade reflectiu-se no extraordinário número de candidaturas para Motorista recebidas por esta via.

2.7 Encerramento da Estação de Cabo Ruivo

Foi concretizada, no início de 2004, a desactivação da Estação de autocarros de Cabo Ruivo, 45 anos após a sua entrada em serviço.

- A concentração do serviço de autocarros em 3 Estações, enquadra-se no processo de reestruturação da Carris, e teve como objectivo a redução de custos e a racionalização dos activos da Empresa.

Com a desactivação desta Estação, foram transferidas:

- 6 carreiras para a Estação de Miraflores;
- 7 carreiras para a Estação da Pontinha;
- 12 carreiras para a Estação da Musgueira.

3 Recursos Humanos

3.1 Orientações Globais

Em 2004, a gestão de recursos humanos foi dirigida pelo processo de reestruturação da Empresa iniciado no ano anterior, particularmente nos seguintes domínios:

- Continuação e consolidação da redução programada do efectivo;
- Aumento da produtividade e redução do absentismo;
- Consolidação das alterações de procedimentos decorrentes de obrigações contratuais como contributo para minimizar custos com pessoal.

Foram também mantidas linhas de orientação de anos anteriores, designadamente:

- Desenvolvimento de acções de Formação Profissional visando a optimização dos recursos humanos e a melhoria das suas competências profissionais, em sintonia com os projectos de modernização da frota e de reconversão tecnológica que a Empresa vem desenvolvendo, contribuindo também, para uma maior qualidade dos serviços prestados e para uma nova imagem da Empresa.
- Cumprimento das obrigações contratuais e legais, nomeadamente no âmbito das Medicinas, Curativa e Preventiva.
- Optimização das admissões na Empresa e sua concretização dirigida quase exclusivamente para pessoal tripulante.

3.2 Evolução do Pessoal

Em 31 de Dezembro o número de trabalhadores era de 2.859, verificando-se um decréscimo de 10,49% (-335 trabalhadores) face à data homóloga do ano anterior, em coerência com as linhas estratégicas previamente definidas.

Efectivos em 31 de Dezembro

Grupos Funcionais	2004	2003	Δ %
Pessoal de Tráfego (1)	1.900	2.027	-6,27
Pessoal Oficial (1)	439	522	-15,90
Restante Pessoal	520	645	-19,38
TOTAL	2.859	3.194	-10,49

(1) Não inclui chefias superiores ou quadros superiores

A redução apresentada abrange todos os grupos funcionais, sendo a referente a Pessoal de Tráfego, a que, naturalmente, apresenta menor variação. O ratio Tripulantes / Efectivo Total verificado a 31 de Dezembro (60,6%) aumentou 1,2 pontos percentuais relativamente ao momento homólogo do ano anterior, o que resulta duma significativa menor redução de tripulantes relativamente à redução global.

É de referir diminuições, quer da idade média (-0,6 anos), quer da antiguidade média (-0,4 anos), registadas a 31 de Dezembro e relativamente ao ano anterior, as quais resultam essencialmente da saída da Empresa dum quantitativo significativo de efectivos não substituídos (10,5%) e que não podem ser entendidas como rejuvenescimento da população activa. Os valores observados são respectivamente de 44,4 e 18,1 anos.

Efectuaram-se 3 readmissões e 64 admissões para o serviço (+35 unidades que no ano anterior), sendo que este esforço foi direccionado para funções de tripulante. Quanto ao volume de saídas da Empresa (402

unidades) verificou-se um decréscimo de 352 unidades (-46,7%) relativamente ao ano anterior. O decréscimo referido relaciona-se com os resultados verificados no domínio das rescisões por mútuo acordo, que haviam tido um resultado excepcional no ano de 2003 e que conforme previsto, não foi possível manter.

Saídas de Pessoal

MOTIVOS	2004	2003
Reforma por invalidez	34	44
Rescisão por mútuo acordo	304	630
Reforma por limite de idade	30	27
Reforma antecipada	3	7
Pedido de demissão	26	24
Despedimento	3	16
Falecimento	2	5
Cessação de contrato a termo		1
TOTAL	402	754

Saídas de pessoal por motivos 2004



Saídas de pessoal por motivos 2003



3.3 Trabalho Suplementar

Horas de Trabalho Suplementar*			
INDICADORES	2004	2003	Δ %
Total de Horas	550 821	529 115	4,10
Valor (milhar de euros)	4 647	4 412	5,33

* Não inclui prestação de trabalho em dias feriados

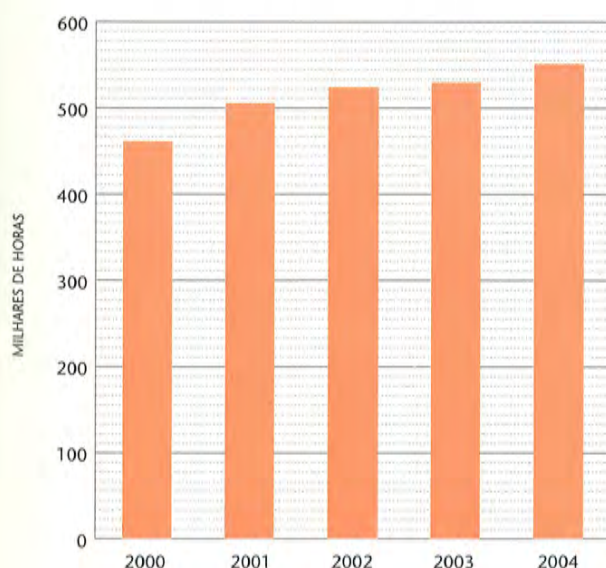
O aumento global moderado do volume de horas de trabalho suplementar relativamente ao ano anterior resulta dos efeitos da diminuição de efectivos no domínio dos efectivos de pessoal tripulante.

3.4 Absentismo

A taxa de absentismo teve um decréscimo absoluto de 1,14 pontos percentuais (-10,62%) em resultado do significativo decréscimo do absentismo por doença (-29,9%) conjugado com acréscimos registados em acidentes de trabalho e faltas justificadas por efeitos de greves e diminuição por faltas injustificadas.

Taxa de Absentismo (%)			
Motivo	2004	2003	Δ %
Doença	3,68	5,25	-29,90
Acidentes de Trabalho	0,70	0,53	32,08
Faltas Justificadas	4,30	3,93	9,14
Faltas Injustificadas	0,91	1,01	-9,90
TOTAL	9,59	10,73	-10,62

Horas de trabalho suplementar





3.5 Formação

Em 2004 receberam formação assistida 2.199 trabalhadores, sendo de 47.053 horas o tempo de formação recebida, o que resultou dum grande aumento das acções de formação de curta duração, razão pela qual o ratio horas de formação ministrada por formando decresceu significativamente.

São de referir as acções, de formação técnica dirigidas ao conhecimento das novas unidades Mercedes e Volvo, sobre Bilhética e para a Melhoria da Relação Social e Comercial com os Clientes, a qual pretende abranger todo o efectivo de Tripulantes e outros Agentes de Tráfego.

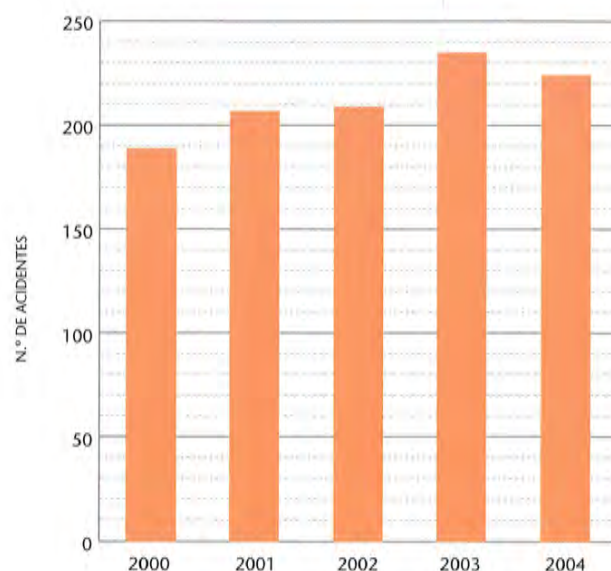
Formação Realizada			
INDICADORES	2004	2003	Δ %
Número de horas dos participantes (milhares)	47,1	41,5	13,38
Número de trabalhadores abrangidos	2.199	883	149,03

3.6 Acidentes de Trabalho

Em 2004 registaram-se 224 acidentes de trabalho, o que em termos absolutos representa um decréscimo de 4,7% relativamente ao ano anterior, a que está também associada uma diminuição do quantitativo de dias de trabalho perdidos.

No entanto, manteve-se a tendência verificada no ano anterior quanto a aumentos dos índices de frequência e gravidade dos acidentes registados, bem como a predominância de ocorrências no Tráfego e em "Itinere".

Acidentes de Trabalho			
INDICADORES	2004	2003	Δ %
Número de acidentes	224	235	-4,7
Índice de frequência	34,71	29,38	21,1
Índice de gravidade	1,24	0,95	23,4
Dias perdidos	5.248	6 147	-12,3



4 Recursos Materiais e Tecnologias

4.1: Frota de Serviço Público

4.1.1 Situação Geral

Durante o ano de 2004 a CARRIS iniciou a renovação de 408 autocarros da frota de serviço público, conforme previsto do plano de reestruturação da Empresa, renovação essa que se prolongará até ao 1.º semestre de 2006:

2004	Entregues 40 autocarros Minis e 65 autocarros Standard
2005	232 autocarros Standard (inclui 20 a gás natural)
2006	71 autocarros Standard

▪ O investimento global referente a estas aquisições é de cerca de 59 milhões de euros com uma componente nacional de 49%.

▪ A renovação da frota permitirá reduzir significativamente as emissões de gases poluentes, porque qualquer dos modelos referidos cumpre plenamente a Directiva Comunitária sobre emissões de escape – Limite Euro 3, contribuindo, assim, a CARRIS para a melhoria da qualidade do ambiente em Lisboa.

▪ Para além disso, os novos autocarros possuem ar condicionado e introduzem uma série de inovações que terão grande impacto na segurança e no conforto, designadamente o sistema de video-vigilância e o piso rebaixado, bem como na operacionalidade e na redução dos respectivos custos de manutenção.

▪ Este Plano de Renovação permitirá uma redução significativa da idade média da frota de 16,5 para 6 anos.

▪ Foi assinado um contrato para a externalização da manutenção e reparação de 248 novos autocarros Standard.

▪ Durante o ano de 2004 continuou a instalação de sistemas de vídeo-vigilância na frota existente com o objectivo de que a totalidade da frota fique dotada desses equipamentos.

Frota de Serviço Público

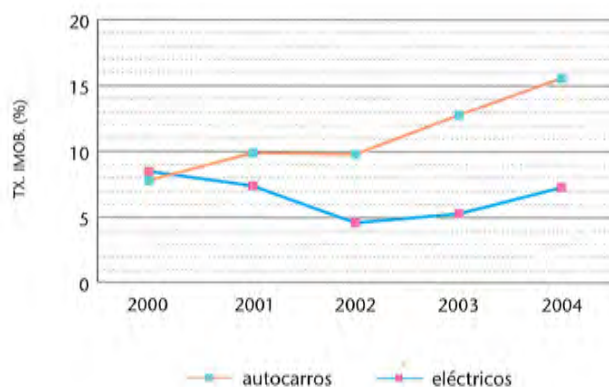
TIPO	31/12/04	31/12/03	DIFERENÇA
AUTOCARROS	797	828	-31
Standard	628	674	-46
Médios	39	40	-1
Minis	40	24	16
Articulados	90	90	0
ELÉCTRICOS	58	59	-1
Ligeiros (Automatizados)	8	9	-1
Remodelados	40	40	0
Articulados	10	10	0
ASCENSORES + ELEVADORES	8	8	0
TOTAL	863	895	-32

4.1.2 Taxa de Imobilização (%)

A taxa de imobilização aumentou em ambas as redes. No caso da rede de autocarros, o aumento resultou da decisão de não intervencionar veículos que vão ser abatidos à medida que se recebe a frota nova.

Taxa de Imobilização (%)			
FROTA	2004	2003	Δ%
Autocarros	15,5	12,7	22,0
Eléct+Ascens+Elev	7,2	5,2	38,5

Taxa de Imobilização



4.1.3 Grande Manutenção da Frota de Serviço Público

4.1.3.1 Frota de autocarros

Os indicadores da actividade da grande manutenção da frota de autocarros e respectivos órgãos mecânicos, traduzem um decréscimo do volume de actividade face ao ano anterior, que reflecte as necessidades de reparação verificadas, consequência entre outros da renovação da frota em curso. A redução da actividade foi acompanhada por ajustamentos organizacionais da UNM e consequente redução do efectivo em 45 trabalhadores relativamente ao ano transacto. Quanto às avarias e abaloamentos registou-se um aumento significativo.

Grande Reparação da Frota de Autocarros

INDICADORES	2004	2003
Reparações gerais concluídas	17	22
Reparações pontuais e de abaloamento	172	142
Nº médio de veículos em imobilização simultânea	13,2	13,8
Reparações de grandes órgãos mecânicos :		
- Motores	85	114
- Caixas de velocidades	191	224



4.1.3.2 Frota de eléctricos

Os indicadores de actividade da grande manutenção da frota de eléctricos e respectivos órgãos mecânicos, traduzem um acréscimo de volume de actividade face ao ano anterior. Esta situação foi colmatada devido à procura de soluções mais eficientes e económicas de algumas actividades, recorrendo-se à sua externalização.

No que respeita à frota de carros eléctricos, salienta-se o início das reparações gerais dos 560.000 km dos articulados e a continuação das beneficiações técnicas nos eléctricos históricos.

Indicadores da Frota de Eléctricos

	2004	2003
Reparações Gerais / Intermédias	0	1
Beneficiações Comerciais	12	9
Beneficiações Técnicas	23	18
Reparações Gerais / Intermédias (elev. – ascensores)	1	1
Reparação de Avarias e de Abalroamentos	237	204
Reparação de Órgãos Rotáveis		
Motores de tracção Siemens / Skoda	43	69
Motores de tracção Antigos	7	12
Motores dos Compressores	67	45
Compressores	63	52
Nº médio de veículos em imobilização simultânea	4,5	3,5

4.2 Infra-estruturas

4.2.1 Tracção Eléctrica

■ Em 2004 foi obtida a aprovação da CML para proceder ao desvio das grelhas de ventilação da subestação da Praça da Figueira, obra que viabilizará a recuperação futura desta subestação que se encontra desactivada desde a inundação ocorrida em 2001. Esta subestação foi substituída provisoriamente pela subestação móvel que se encontra instalada no Campo das Cebolas.

■ Foi concluída a renovação da rede aérea do ascensor do Lavra com reformulação dos isolamentos eléctricos das consolas em relação aos postes.

■ Ainda na rede aérea foram substituídos 800 metros de fio de contacto e instalados 2.000 metros de “feeders” aéreos para reforço das alimentações à rede de eléctricos.

4.2.2 Linha

Para manutenção das condições de circulação da via férrea da rede de eléctricos, foram feitos os seguintes trabalhos principais ao longo de 2004:

- Substituição de 58 metros de linha na Calçada da Estrela;
- Substituição de 15 metros de linha na Rua das Açucenas;
- Substituição de 22 metros de linha na Rua Domingos Sequeira;
- Substituição de 1 conjunto de agulhas na Rua Bernardino Costa;



- Substituição de 1 cruzamento simples na linha entrelaçada da Rua Victor Cordon;
- Substituição do cruzamento da agulha da Rua da Conceição, na saída da Rua dos Fanqueiros em direcção à Graça.

No âmbito dos trabalhos de conservação da via, foram feitos trabalhos de recuperação de vários troços de linha, com reperfilagem por soldadura e limagem numa extensão de 564 metros de carril e em várias agulhas da rede, de modo a manter as condições de operacionalidade e segurança da infra-estrutura e permitir o prolongamento da sua vida útil.

Foram ainda feitos trabalhos de reaperto e consolidação da via férrea nos elevadores do Lavra e da Glória.

4.3 Área dos Aprovisionamentos

Numa apreciação global ao nível de existências dos materiais em armazém (excluindo a rubrica "Bilhetes e Senhas"), o nível de existências observado no final de 2004 apresenta um decréscimo de 13,5%, comparativamente com igual período do ano anterior, evolução esta resultante da diminuição generalizada do nível de existências em praticamente todas as categorias de materiais de armazém (excepto o gasóleo):

- Economato : -33%, menos cerca de 6,5 milhares de euros;
- Comb/Lubrif (sem Gasóleo): -10%, menos cerca de 9 milhares de euros;
- Fardamentos : -42%, menos cerca de 17,3 milhares de euros;
- Materiais Gerais: -19%, menos cerca de 38 milhares de euros;
- Material p/ Modo Eléctrico: -3,5%, menos cerca de 42 milhares de euros;
- Peças/Acessórios Autocarros:-19%, menos cerca de 88 milhares de euros.

Existências Médias (em termos reais*)

RUBRICAS	STOCK MÉDIO ACTIVO			ÍNDICE DE ROTAÇÃO		
	2004	2003	Δ (%)	2004	2003	Δ (%)
Peças e acessórios de eléctricos	684.636	723.164	-5,3	0,26	0,33	-21,2
Peças e acessórios de autocarros	431.492	637.846	-32,4	5,77	4,83	19,5
Outro material	838.934	874.164	-4,0	1,02	1,05	-33,2
SUB-TOTAL	1.955.062	2.235.174	-12,5	1,85	1,90	-2,6
Combustíveis e lubrificantes	263.190	275.357	-4,4	55,72	51,76	7,7
TOTAL	2.218.252	2.510.531	-11,6	8,64	7,37	17,2

(*) Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal por forma a serem comparáveis com os de 2004.

4.3.1 Stock Médio

Para o mesmo conjunto de rubricas analisadas no ponto anterior, observou-se uma evolução positiva deste indicador ao registar-se um decréscimo da ordem dos 15%, muito se devendo este decréscimo à diminuição em cerca de mais de 183 mil Euros na rubrica "Peças e Acessórios para Autocarros" (-30%), à redução superior a 70 mil Euros no conjunto de materiais designados no quadro anexo por "Outros Materiais" (-29%) e à significativa redução percentual da existência média do "Material de Economato" (-34%, equivalente a uma redução média de quase 9.000 Euros).

4.3.2 Índice de Rotação

Em 2004 este indicador, excluindo as rubricas "Combustíveis" e "Bilhetes e Senhas", conheceu um ligeiro decréscimo devido, em grande medida, à redução significativa nas rubricas de materiais relacionadas com infraestruturas para o Modo Eléctrico. Foi o caso da rubrica "Rede Aérea e Subterrânea" cujo I.R. passou de 0,30 em 2003 para 0,17 em 2004, devido fundamentalmente a uma redução dos custos (consumos) da ordem dos 47%, e na rubrica de materiais para a "Via Férrea" onde a redução de custos foi ainda mais acentuada (da ordem dos 75%).

4.4 Novas Tecnologias

4.4.1 Construção de um novo Datacenter em Miraflores

Na sequência da decisão de concentração de serviços no Complexo de Miraflores, procedeu-se à construção de um novo Datacenter, capaz de receber os cerca de 50 servidores que suportam os Sistemas de Informação da Carris. A nova instalação está dotada de uma moderna infraestrutura tecnológica para garantir uma operação segura e fiável: alimentação ininterrupta, sistema de detecção e extinção automática de incêndios, climatização redundante, calhas técnicas em chão falso, controlo de acessos e conectividade a gigabit ethernet por fibra optica e cobre em categoria 6.

4.4.2 Infraestrutura de Voz e Dados

De modo a suportar o aumento da utilização da rede de voz e dados decorrente da transferência de serviços para o Complexo de Miraflores, foi instalada uma nova rede de fibras opticas interligando todos os edifícios. A central telefónica e os comutadores da rede de dados foram reforçados de modo a suportar o aumento de tráfego.

A topologia da rede sofreu profundas alterações já que o centro da estrela deixou de se localizar em S. Amaro, passando a ser em Miraflores. As ligações às Estações mantêm-se sobre fibra optica, sendo as da Musgueira e Pontinha a 10 Mb/s e de S. Amaro a 100Mb/s até Março-Abril de 2005, prevendo-se que passe a 10 Mb/s depois dessa altura.

Foram implementadas VPNs (Redes Privadas Virtuais) para ligação a entidades externas quer do Grupo Carris (Carristur) quer a empresas externas para telemanutenção de sistemas, como o SAE, Bilhética, Gestão Documental, etc.



4.4.3 Projecto de Gestão Documental

Foi lançado um concurso limitado para implementação de um sistema de Gestão Documental, cujo projecto se iniciou em 2004 e decorrerá durante parte de 2005 e abrangendo toda a organização, prevendo-se que contribua de forma decisiva para agilizar e aumentar a produtividade das áreas administrativas e técnicas da Empresa. Tecnicamente o projecto foi integralmente desenvolvido na plataforma DMA da SAP.

4.4.4 Projecto de Balanced Scorecard

Durante os primeiros meses de 2004 foi implementado um sistema de Balanced Scorecard, tendo sido seleccionado o produto QPR. O projecto, que abrangiu toda a organização, disponibiliza acesso WEB ao sistema de indicadores de desempenho (KPI) a cerca de 50 utilizadores e constitui uma ferramenta importante para uma gestão dinâmica da Empresa.

4.4.5 Upgrade de Sap R/3

Face à proximidade do fim de suporte à versão 3.11 do SAP R/3, foi necessário proceder-se ao upgrade para a última versão (4.7 Enterprise).

4.4.6 Aplicação do Museu

Para disponibilização à consulta pública do espólio documental do Museu, foi iniciado um projecto de informatização do Museu, utilizando um package de software especialmente concebido para o efeito. Uma das tarefas a efectuar no decurso do projecto é a digitalização de documentos antigos do Museu. O acesso será disponibilizado via WEB, na Intranet e também na Internet através de um link colocado na homepage da Carris. Será montado um servidor de conteúdos dedicado, na DMZ da Carris.

4.4.7 Actualização do Parque Informático

Na sequência dos projectos de modernização da Empresa, foi necessário renovar parte importante do parque informático, tendo-se recorrido ao modelo de negociação dinâmica de preços (leilão electrónico) com assinalável sucesso quer em termos de qualidade quer nas poupanças conseguidas. O mesmo modelo foi seguido na aquisição de 8 servidores para os novos sistemas.

5 Recursos Financeiros

5.1 Fluxos Financeiros

A implementação de um conjunto de medidas previstas no plano de reestruturação iniciado em 2003, permitiu alterar significativamente a situação financeira da Empresa, nomeadamente a exigibilidade do seu passivo. Com a concretização de um empréstimo de longo prazo, através de um "SPV", o qual foi recebido em duas tranches, sendo a 1ª de 165 milhões de euros em 17 de Maio e os restantes 50 milhões de euros em 17 de Novembro, foi possível consolidar a maior parte do passivo de curto prazo.

A exploração gerou um cash-flow negativo de 43,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 11,8 milhões de euros relativamente a 2003, refletindo um esforço de redução de custos, não obstante a indemnização compensatória ter sido inferior à de 2003 em 7,6 milhões de euros, em termos reais.

A origem de fundos de 225,9 milhões de euros, que inclui uma utilização de 20 milhões de euros de um empréstimo do Banco Europeu de Investimento, permitiu fazer face ao cash-flow negativo verificado, bem como ao aumento das imobilizações (20,8 milhões de euros) e ao aumento dos fundos circulantes (147,9 milhões de euros) com os quais se fez a consolidação de passivos.

Origem / Aplicação de Fundos (em termos reais*)		(milhares de euros)	
		2004	2003
ORIGEM DE FUNDOS			
Cash-Flow de Exploração	-43.139,5	-54.980,4	
Aumento de Capitais Próprios	0,0	0,0	
Aumento de Dívidas a Terceiros	225.876,2	106.985,9	
Outras	1.268,9	103,3	
Diminuição dos Fundos Circulantes	0,0	0,0	
	184.005,6	52.108,8	
APLICAÇÃO DE FUNDOS			
Aumento do Investimento Financeiro	718,4	648,1	
Diminuição de Dívidas a Terceiros	14.578,0	5.273,4	
Aumento de Dívidas de Terceiros	0,0	0,0	
Aumento de Imobilizações	20.763,5	8.850,1	
Aumento dos Fundos Circulantes	147.945,7	37.337,2	
	184.005,6	52.108,8	

* Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal, de forma a serem comparáveis com os de 2004.

5.2 Investimento Realizado

O investimento realizado no ano ascendeu a 20,8 milhões de euros, dos quais 12,6 milhões de euros são de aquisição de frota.

Importa salientar que a Empresa manteve um esforço de investimento significativo (2,6 milhões de euros) com a Bilhética e com o Sistema de Ajuda à Exploração e Informação ao Público (SAEIP) e ainda com a remodelação de instalações em Miraflores (2,9 milhões de euros), investimento indispensável à concentração de serviços administrativos.

Investimentos (em termos reais)	(milhões de euros)	
	2004	2003
FROTA DE AUTOCARROS		
Aquisições	12.645	64
Grandes Reparações	999	1.917
Órgãos de Reserva	44	18
FROTA DE ELÉCTRICOS		
Aquisições	0	0
Grandes Reparações	13	35
Órgãos de Reserva	0	0
INFRAESTRUTURAS		
Linha (Grandes Reparações)	119	76
Rede Aérea	40	43
Subestações Eléctricas	0	6
Estações de Serviço	7	123
BILHÉT.SIST.AJUDA À EXPLORAÇÃO	2.594	4.171
OUTROS INVEST. CORPÓREOS	3.743	710
INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	558	1.687
TOTAL INVEST. NÃO FINANCEIROS	20.764	8.850
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	18	648
TOTAL	20.782	9.498

5.3 Estrutura Patrimonial

No final do exercício de 2004, o Activo apresentava um aumento, em termos reais, de 61,9% comparativamente com o ano anterior. Este facto, resultou na sua maior parte do acréscimo do imobilizado corpóreo por efeito do investimento e ainda por efeito da reavaliação que a Empresa realizou, a qual se traduziu num acréscimo do valor líquido contabilístico do imobilizado corpóreo de 35,8 milhões de euros e o consequente efeito no capital próprio.

O passivo de curto prazo que no final de 2003 representava 48,7% da totalidade do passivo, passou para 11,7% no final de 2004, por efeito da consolidação concretizada.

Variação do Património (em euros de 2004)				
RUBRICA DO BALANÇO	2004	2003	Variação	
			Em valor	Em %
ACTIVO				
Imobilizado	130.952	84.011	46.941	55,9
Investimentos Financeiros	3.949	3.097	852	27,5
Existências	4.865	3.978	887	22,3
Div. Terceiros Médio e Longo Prazo	0	0	0	0
Div. Terceiros C.P. e Disponibilidades	43.635	22.033	21.602	98,0
Encargos Dif. e Acréscimos Proveitos	885	733	152	20,7
TOTAL	184.286	113.852	70.434	61,9
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio	-280.485	-262.360	-18.125	6,9
Provisões para Riscos e Encargos	5.108	5.142	-34	-0,7
Passivo a Médio e Longo Prazo	376.889	169.565	207.324	122,3
Passivo a Curto Prazo	54.480	183.049	-128.569	-70,2
Proveitos Dif. e Acréscimo Custos	28.294	18.456	9.838	53,3
TOTAL	184.286	113.852	70.434	61,9

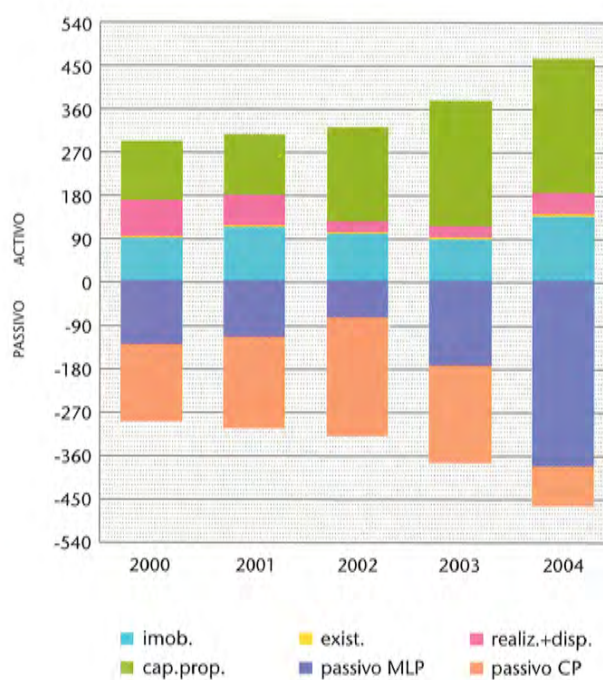
Estrutura Patrimonial (em % do total)

RUBRICA DO BALANÇO	Pontos percentuais		
	2004 (1)	2003 (2)	$\Delta (1) - (2)$
ACTIVO			
Imobilizado	71,1	73,8	-2,7
Investimentos Financeiros	2,1	2,7	-0,6
Existências	2,6	3,5	-0,9
Div. Terceiros M.L.Prazo	0,0	0,0	0,0
Div. Terceiros C.P. e Disponibilidades	23,7	19,4	4,3
Encargos Dif. e Acrésc. Proveitos	0,5	0,6	-0,1
TOTAL	100,0	100,0	0,0
PASSIVO			
Capital Próprio	-152,3	-230,4	78,1
Provisões para Riscos e Encargos	2,8	4,5	-1,7
Passivo a Médio e Longo Prazo	204,5	148,9	55,6
Passivo a Curto Prazo	29,6	160,8	-131,2
Proveitos Dif. e Acrésc. Custos	15,4	16,2	-0,8
TOTAL	100,0	100,0	0,0

Como resultado das variações na estrutura patrimonial verifica-se no final de 2004 uma situação bastante menos desequilibrada, não obstante não estar ainda resolvido o problema do capital próprio.

Estrutura Patrimonial

(milhões de euros, em termos reais)



6 Resultados Económicos

6.1 Resultados Globais da Empresa

6.1.1 No Exercício de 2004

No exercício de 2004 o resultado líquido foi negativo em 60 280 milhares de euros, dos quais 60 533 milhares correspondem a resultados correntes antes de impostos e que comparativamente com o ano anterior apresentam uma melhoria de 12,9 milhões de euros, em termos reais.

O resultado operacional bruto agravou-se em 4,1 milhões de euros por efeito da redução da indemnização compensatória e da receita directa.

Importa salientar que os resultados correntes de 2004, sem considerar a indemnização compensatória nem o custo com rescisões, melhoraram em 4,4 milhões de euros, em termos reais.

A melhoria dos resultados financeiros correspondem a ganhos em empresas do grupo e associadas, pela utilização da equivalência patrimonial. Conclui-se assim, que os custos do endividamento adicional foram cobertos pela redução das taxas de juro e dos "spreads".

Resultados Correntes (em termos reais*)		(milhões de euros)	
RECEITAS, CUSTOS E RESULTADOS	2004	2003	Δ %
Receita de Transportes Públicos	103 028	112 236	-8,2
Receita Directa	70 683	72 333	-2,3
Indemnização Compensatória	32 345	39 903	-18,9
Custos Directos de Exploração TP	111 243	116 294	-4,3
Custos de Produção e Comerciais	100 010	105 199	-4,9
Amortizações	11 233	11 095	1,2
<i>Resultado Operacional Bruto TP</i>	<i>-8 215</i>	<i>-4 058</i>	<i>102,4</i>
Custos Gerais	46 287	61 638	-24,9
<i>Resultado Operacional TP</i>	<i>-54 502</i>	<i>-65 696</i>	<i>-17,0</i>
Resultados Financeiros	-9 638	-10 391	-7,2
<i>Resultado de Transportes Públicos</i>	<i>-64 140</i>	<i>-76 087</i>	<i>-15,7</i>
Resultados de Explorações Acessórias	2 395	1 382	73,3
Outros Custos e Proveitos	1 212	1 253	-3,3
Resultados Correntes	-60 533	-73 452	-17,6

* Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal de forma a serem comparáveis com os de 2004.

6.1.2 Enquadramento dos Resultados do Ano na Evolução Anterior

No ano de 2004 reduziu-se a incobertura dos custos pela receita directa e pela indemnização compensatória, não só pela redução de custos que se tem vindo a verificar mas também pela redução das indemnizações por rescisão de contrato de trabalho por mútuo acordo.

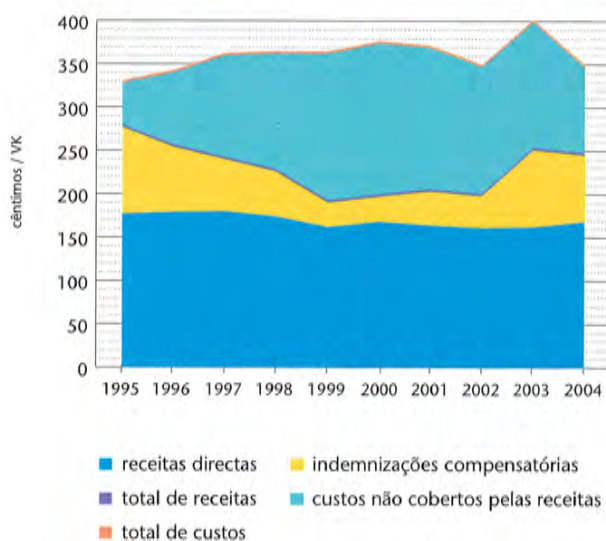
Numa análise à referida incobertura, em termos reais, não considerando o efeito das indemnizações compensatórias nem dos custos com rescisões, verifica-se um agravamento de 1,8%, motivado pela redução da receita directa.

Receitas e Custos por Veículo-km (em termos reais) (euros / VK)

ANOS	RECEITAS			CUSTOS*
	DIRECTAS	INDEMNIZ. COMPENS.	TOTAL	
1995	1,77	1,00	2,77	3,27
1996	1,79	0,75	2,54	3,39
1997	1,80	0,60	2,40	3,59
1998	1,74	0,52	2,26	3,61
1999	1,62	0,28	1,90	3,61
2000	1,68	0,29	1,97	3,73
2001	1,64	0,39	2,03	3,68
2002	1,61	0,37	1,98	3,46
2003	1,62	0,89	2,51	3,98
2004	1,68	0,77	2,45	3,74

* Exclui Encargos Financeiros

Receitas e Custos por Veículo-Km
(em termos reais)

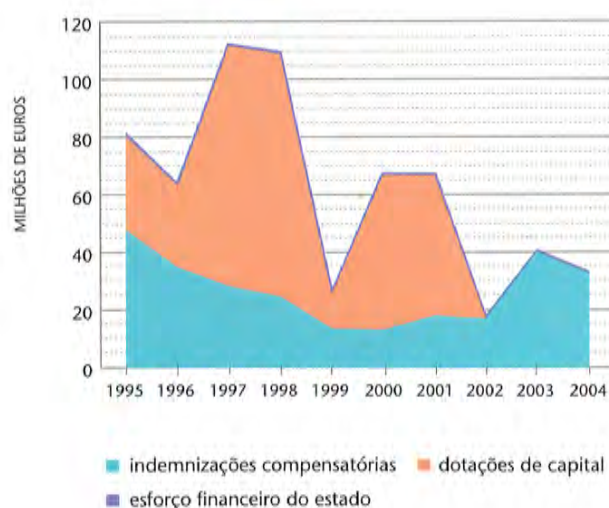


Nota: os anos de 2003 e 2004 incluem 31,7 e 16,3 milhões de euros de custos com rescisões, respectivamente

O esforço financeiro do Estado com a Empresa foi inferior ao do ano anterior em 7,6 milhões de euros, o que associado ao esforço de investimento e ao cash-flow negativo gerado pela exploração, obrigou um endividamento adicional de 90,1 milhões de euros.

Esforço Financeiro do Estado (em termos reais)			(milhares de euros)
ANOS	INDEMNIZ.COMPENS.	DOTAÇÕES DE CAPITAL	TOTAL
1995	47 783	32 494	80 277
1996	34 680	28 373	63 053
1997	28 191	83 289	111 480
1998	24 629	84 100	108 729
1999	13 514	11 744	25 258
2000	13 046	53 642	66 688
2001	17 999	48 536	66 535
2002	16 932	0	16 932
2003	39 903	0	39 903
2004	32 345	0	32 345

Esforço Financeiro do Estado
(em termos reais)



6.2 Resultados por Explorações de Transporte Público

Em termos reais, verificou-se uma melhoria da margem bruta da exploração de autocarros de 3,9% e de 19,8% no caso da exploração de eléctricos. Em ambos os casos, a melhoria foi obtida pela redução dos custos directos em 3% nos autocarros e em 12,8% nos eléctricos.

O grau de cobertura melhorou em ambas as explorações, com 0,5% nos autocarros e 16,2% nos eléctricos. Não obstante esta evolução, o grau de cobertura continua muito superior na exploração de autocarros, dadas as condições manifestamente deficitárias de exploração dos eléctricos.

Resultados por Exploração antes de Indemnizações Compensatórias (em termos reais)

	AUTOCARROS			ELÉCTRICOS		
	2004	2003	Δ%	2004	2003	Δ%
Receita Directa (1)	65 247	66 998	-2,6	4 703	4 639	1,4
Custos Directos (2)	97 724	100 781	-3,0	12 331	14 148	-12,8
Margem Bruta	-32 477	-33 783	-3,9	-7 628	-9 509	-19,8
Grau de Cobertura percentual (1)/(2)	66,8	66,5	0,5	38,1	32,8	16,2



Em termos unitários, por passageiro transportado, verifica-se aumento real da receita directa unitária em ambas as explorações. No que se refere aos custos unitários constata-se reduções em ambas as explorações, reflectindo o esforço da Empresa na redução de custos, o que ocasionou melhoria nos défices unitários, por passageiro transportado.

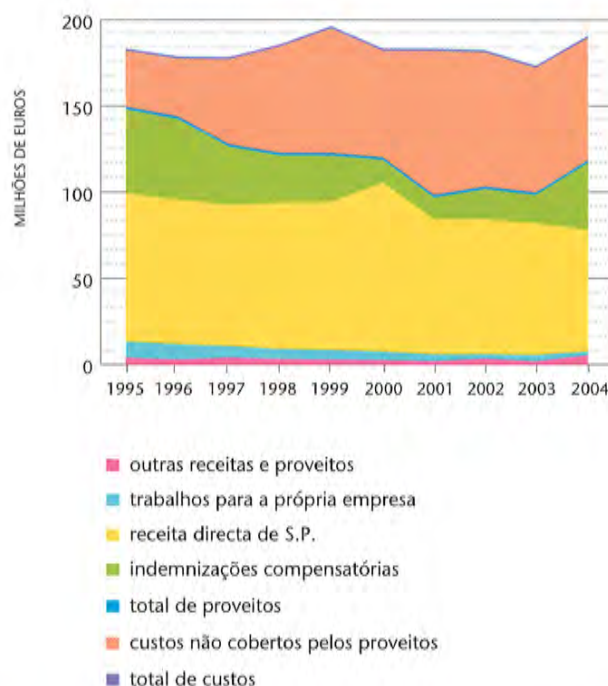
Resultados Económicos por Passageiro (em termos reais) (euros)						
VALORES POR PASSAGEIRO	AUTOCARROS			ELÉCTRICOS		
	2004	2003	Δ %	2004	2003	Δ %
Receita Directa	0,274	0,260	5,4	0,295	0,290	1,7
Custos	0,380	0,392	-3,1	0,773	0,825	-6,3
Défice Bruto	0,106	0,132	-19,7	0,478	0,535	-10,7

6.3 Proveitos Correntes por Natureza

Em referência ao ano anterior, verificou-se que o total de proveitos correntes teve uma redução de 7,2%, em termos reais, na sua maior parte pela redução da indemnização compensatória.

Proveitos Correntes (em termos reais) (milhões de euros)					
NATUREZAS	2004		2003		Δ (%)
	Valor	%	Valor	%	
PASSES SOCIAIS	46 015	41,3	48 580	40,5	-5,3
OUTROS TÍTULOS	24 668	22,2	23 754	19,8	3,8
Pré-Comprados	12 995	11,7	12 318	10,3	5,5
Bilhetes	11 673	10,5	11 436	9,5	2,1
Total Receita Directa S.P.	70 683	63,5	72 334	60,3	-2,3
INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA	32 345	29,0	39 903	33,2	-18,9
Receita Serv. Público	103 028	92,5	112 237	93,5	-8,2
TRAB.Pª PRÓPRIA EMPRESA	1 231	1,1	2 176	1,8	-43,4
OUTRAS RECEITAS E PROVEITOS	7 175	6,4	5 646	4,7	27,1
TOTAL	111 434	100,0	120 059	100,0	-7,2

Proveitos por Natureza
e Custos não Cobertos
(em termos reais)



Nota: os anos de 2003 e 2004 incluem 31,7 e 16,3 milhões de euros de custos com rescisões, respectivamente

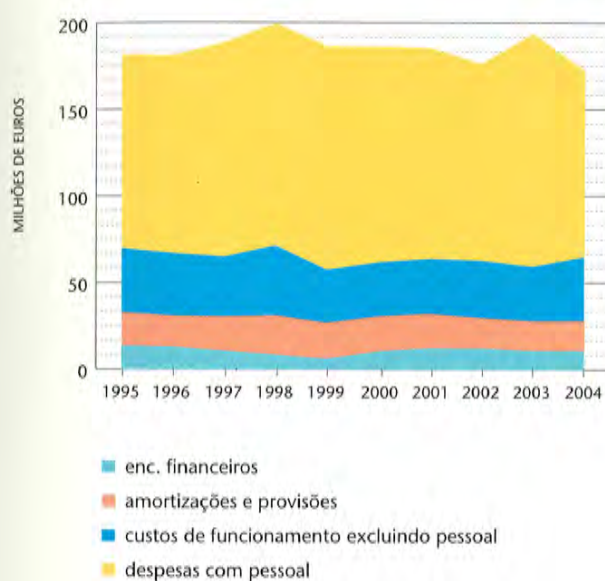
6.4 Custos Correntes por Natureza

Os custos correntes tiveram uma redução real de 11,1%, não obstante os aumentos verificados nos diversos componentes dos custos de funcionamento, com excepção dos custos com pessoal, os quais sem considerar os custos com rescisões reduziram 10,7%.

Custos por Natureza (em termos reais)

	2004	2003	Δ %
NATUREZAS			
CUSTOS DE FUNCIONAMENTO	143 952	165 597	-13,1
Despesas com Pessoal	107 305	134 297	-20,1
Consumos de Material	19 579	18 448	6,1
Fornecimentos e Serviços Externos	16 304	12 223	33,4
Despesas Diversas	764	629	21,5
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	17 362	17 264	0,6
Amortizações	17 035	17 182	-0,9
Provisões	327	82	298,8
ENCARGOS FINANCEIROS	10 653	10 649	0,0
Juros de Financiamento	9 600	9 551	0,5
Outros	1 053	1 098	-4,1
TOTAL	171 967	193 510	-11,1

Custos
(em termos reais)



Nota: os anos de 2003 e 2004 incluem 31,7 e 16,3 milhões de euros de custos com rescisões, respectivamente.

No que refere aos custos com pessoal, constata-se uma redução, em termos reais, quer das remunerações, quer dos respectivos encargos, como resultado da redução do efectivo ao longo do ano, conforme previsto no plano de reestruturação da Empresa. Como atrás se referiu, os custos com pessoal sem considerar o pagamento das indemnizações por rescisão por mútuo acordo, reduziram 10,7%.

Despesas com Pessoal (em termos reais)		(milhões de euros)	
NATUREZAS	2004	2003	Δ %
Remunerações	59 343	67 977	-12,7
Encargos Patronais	14 195	16 265	-12,7
Complementos de Pensões de Reforma (e Sobrevivência)	13 434	13 649	-1,6
Indemnizações por rescisão por mútuo acordo	16 337	32 456	-49,7
Outros Custos	3 996	3 950	1,2
TOTAL	107 305	134 297	-20,1

A rubrica de "fornecimentos e serviços externos" apresenta um aumento de 33,4% motivado pelo acréscimo de custos ligados com o aluguer de alternativos, publicidade, aluguer e licenciamento de produtos informáticos e seguros.

No caso dos "consumos de material" o acréscimo de 6,1%, foi motivado pelo acréscimo do preço dos combustíveis e pelo consumo de cartões Lisboa Viva e 7 Colinas, neste caso com contrapartida em proveitos. De salientar ainda a redução em termos reais, das peças e acessórios para autocarros.

Consumos de Material (em termos reais)		(milhões de euros)	
NATUREZAS	2004	2003	Δ %
Gasóleo e Gás	14 074	13 514	4,1
Peças e Acessórios de Autocarros	2 438	2 965	-17,8
Peças e Acessórios de Eléctricos	191	301	-36,5
Outros Consumos	2 876	1 668	72,4
TOTAL	19 579	18 448	6,1

6.5 Produtividade

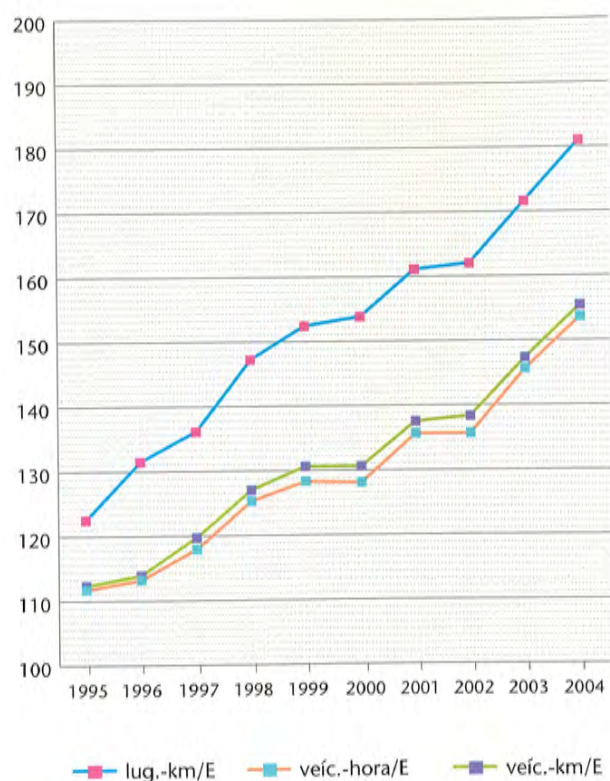
Em 2004 manteve-se o acréscimo dos índices de produtividade que têm vindo a ser utilizados, todos eles calculados tomando como base o número médio de efectivos, o qual teve uma redução de 10,5%.

Indicadores de Produtividade

INDICADORES	2004	2003	Δ %
Lugares-km / Efectivo Médio (milhares)	1 349	1 279	5,5
Veículos-hora / Efectivo Médio	1 031	977	5,5
Veículos-km / Efectivo Médio	14 742	13 975	5,5

Indicadores de Produtividade

(Base: 1990 = 100)



7 Evolução Prevista

Perspectivas para 2005

Conforme se refere na Introdução deste Relatório, em 2005 prosseguirá a reestruturação iniciada em 2003, continuando a adopção de medidas cujo objectivo principal é o de tornar a CARRIS uma Empresa mais eficaz e mais eficiente.

Redesenhar a oferta de modo a responder, de forma, adequada, às necessidades actuais da mobilidade na Cidade é um dos principais desafios com que a Empresa está confrontada, tornando-se imperioso inverter a continuada e preocupante perda de passageiros.

Neste particular, espera-se que a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, em 2005, inicie a adopção de medidas viabilizadoras de novas condições de circulação e estacionamento que dêem início a um novo tempo de expansão e desenvolvimento do Transporte Colectivo de Passageiros na Área Metropolitana de Transportes de Lisboa.

Ao mesmo tempo, a Empresa terá de continuar o processo de redução de custos, ganhando eficiência,

aumentando produtividade, diminuindo o respectivo deficit operacional, tornando-se, desta forma, menos dependente do Apoio do Estado.

Também neste domínio, espera-se que em 2005 se possam iniciar os trabalhos, conduzidos pela Área Metropolitana de Transportes de Lisboa, tendo em vista a contratualização do serviço público de transportes prestado pela CARRIS.

O ano em curso espera-se, pois, que permita a continuação da melhoria da situação da Empresa, reflectida quer no aumento da qualidade do transporte prestado à Cidade de Lisboa, quer na diminuição do respectivo desequilíbrio económico-financeiro, conforme previsto no programa de reestruturação que o Conselho de Administração, a que tenho a honra de presidir, definiu e adoptou, com o apoio do accionista Estado, desde o início do seu mandato.

8 Proposta de Aplicação de Resultados

Para cumprimento da alínea f) do número 2 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício - prejuízo de € 60.280.205,59 - sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

9 Considerações Finais

Em conclusão, pode afirmar-se serem positivas as expectativas da Carris para o exercício de 2005, fundamentadas, por um lado, na melhoria da qualidade do transporte prestado à Cidade e, por outro, na redução do seu desequilíbrio económico-financeiro.

Uma nota final para referir a boa cooperação entre os Órgãos Sociais da Empresa, nomeadamente o Revisor Oficial de Contas e, ainda, para agradecer a todos os trabalhadores da Carris o esforço e o trabalho desenvolvidos.

O Conselho de Administração

Presidente

Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogais

Eng.º Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma

Eng.º Augusto António Brinquête Proença

Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira

Dr. António de Carvalho Santos e Silva

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2005





contas do exercício

Activo

		2004		2003	
CÓDIGO DAS CONTAS POC		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
Imobilizado					
Imobilizações Incorpóreas:					
431	Despesas de Instalação	2 111 683,77	1 322 850,45	788 833,32	1 032 727,91
432	Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	12 469,93	12 469,93	-	4 156,64
441/6	Imobilizações em Curso	-	-	-	521 853,57
		2 124 153,70	1 335 320,38	788 833,32	1 558 738,12
Imobilizações Corpóreas:					
421	Terrenos e Recursos Naturais	38 910 497,73	-	38 910 497,73	2 467 738,79
422	Edifícios e Outras Construções	99 564 073,59	76 839 940,90	22 724 132,69	14 447 981,08
423	Equipamento Básico	217 211 610,46	160 696 189,66	56 515 420,80	54 549 251,34
424	Equipamento de Transporte	2 331 876,78	2 239 529,30	92 347,48	257 384,61
425	Ferramentas e Utensílios	7 668 704,03	3 603 162,88	4 065 541,15	2 162 398,53
426	Equipamento Administrativo	11 176 899,09	9 806 991,75	1 369 907,34	1 468 638,42
429	Outras Imobilizações Corpóreas	36 436,38	-	36 436,38	36 436,38
441/6	Imobilizações em Curso	6 448 795,60	-	6 448 795,60	5 093 596,49
		383 348 893,66	253 185 814,49	130 163 079,17	80 483 425,64
Investimentos Financeiros:					
4111	Partes de Capital em Empresas do Grupo	1 313 050,97	-	1 313 050,97	256 212,53
4112	Partes de Capital em Empresas Associadas	148 356,55	-	148 356,55	67 500,00
4113+414+415	Títulos e Outras Aplicações Financeiras	1 855 190,48	500,00	1 854 690,48	2 067 417,66
4123+4134	Outros Empréstimos Concedidos	1 122 857,80	489 911,50	632 946,30	632 946,30
		4 439 455,80	490 411,50	3 949 044,30	3 024 076,49
Circulante					
Existências:					
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	4 416 846,04	42 457,45	4 374 388,59	2 361 773,31
35	Produtos e Trabalhos em Curso	198 211,51	-	198 211,51	200 258,75
32	Mercadorias	66 380,68	-	66 380,68	72 278,39
37	Adiantamentos p/ Conta de Compras	226 130,74	-	226 130,74	1 250 663,00
		4 907 568,97	42 457,45	4 865 111,52	3 884 973,45
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:					
211	Clientes, C/C	2 445 505,51	-	2 445 505,51	1 512 389,31
218	Clientes de Cobrança Duvidosa	1 249,60	902,73	346,87	-
229	Adiantamentos a Fornecedores	9 535,02	-	9 535,02	14 301,48
24	Estado e Outros Entes Públicos	11 885 336,81	-	11 885 336,81	7 366 913,78
262+266+267					
+268+221	Outros Devedores	12 327 150,54	2 028 353,28	10 298 797,26	10 405 234,17
		26 668 777,48	2 029 256,01	24 639 521,47	19 298 838,74
Depósitos Bancários e Caixa:					
12+13+14	Depósitos Bancários	18 977 722,57	-	18 977 722,57	2 205 756,20
11	Caixa	17 755,03	-	17 755,03	11 853,43
		18 995 477,60	-	18 995 477,60	2 217 609,63
Acréscimos e Diferimentos					
271	Acréscimos de Proveitos	35 599,35	-	35 599,35	37 781,04
272	Custos Diferidos	849 188,19	-	849 188,19	677 881,42
		884 787,54	-	884 787,54	715 662,46
Total de amortizações			254 521 134,87		
Total de provisões			2 562 124,96		
TOTAL DO ACTIVO		441 369 114,75	257 083 259,83	184 285 854,92	111 183 324,53

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O PRESIDENTE: Dr. José Manuel Silva Rodrigues
VOGAIS: Eng.º Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma
Eng.º Augusto António Brinquete Proença
Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira
Dr. António de Carvalho Santos e Silva

Capital Próprio e Passivo

Unidade: Euro

		2004	2003
CÓDIGO DAS CONTAS POC			
	Capital próprio		
51	Capital	163 532 270,02	163 532 270,02
55	Ajustamentos de Partes de Cap. em Filiais e Associadas	473 542,11	45 078,17
56	Reservas de Reavaliação		
	Diplomas Legais	3 990 383,17	3 990 383,17
	Outras	35 849 551,26	-
59	Resultados Transitados	- 424 050 545,47	- 353 690 326,98
	SUBTOTAL *	- 220 204 798,91	- 186 122 595,62
88	Resultado Líquido do Exercício	- 60 280 205,59	- 70 088 772,85
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	- 280 485 004,50	- 256 211 368,47
	Passivo		
	Provisões para Riscos e Encargos :		
291	Provisões para Pensões	1 254 392,00	1 277 196,00
292	Provisões para Impostos	202 565,00	247 457,00
293/8	Outras Provisões p/ Riscos e Encargos	3 651 072,27	3 496 757,80
		5 108 029,27	5 021 410,80
	Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo :		
	Empréstimos por Obrigações :		
2322	Não Convertíveis	100 000 000,00	109 975 957,94
231	Dívidas a Instituições de Crédito	57 752 498,27	46 876 284,34
252	Empresas do Grupo	215 000 000,00	-
2611	Fornecedores de Imobilizado, C/C	4 136 335,64	8 738 351,28
		376 888 833,91	165 590 593,56
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo :		
	Empréstimos por Obrigações :		
2322	Não Convertíveis	9 975 957,93	7 481 968,46
231+12	Dívidas a Instituições de Crédito	16 599 557,96	144 934 005,96
221	Fornecedores, C/C	5 990 455,14	6 910 300,39
228	Fornecedores - Facturas em Receção e Conferência	1 107 058,32	447 340,52
253+254	Empresas Participadas e Participantes	6 053,89	1 316,26
2611	Fornecedores de Imobilizado, C/C	12 884 874,06	10 549 535,71
24	Estado e Outros Entes Públicos	2 397 502,85	2 339 092,98
262+263+264			
+265+267+268			
+211	Outros Credores	5 518 399,15	6 095 908,03
		54 479 859,30	178 759 468,31
	Acréscimos e Diferimentos		
273	Acréscimos de Custos	12 563 318,01	13 243 590,30
274	Proveitos Diferidos	5 085 908,32	4 779 630,03
2762	Passivos por Impostos Diferidos	10 644 910,61	-
		28 294 136,94	18 023 220,33
	TOTAL DO PASSIVO	464 770 859,42	367 394 693,00
	TOTAL C. PRÓPRIO E DO PASSIVO	184 285 854,92	111 183 324,53

Demonstração dos resultados por naturezas EXERCÍCIO DE 2004

Unidade: Euro

CÓDIGO DAS CONTAS POC		2004	2003
A	CUSTOS E PERDAS		
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas:		
	Mercadorias	8 376,67	6 551,40
	Matérias	19 570 580,92	18 009 317,60
62	Fornecimentos e Serviços Externos	16 303 564,17	11 936 359,03
	Custos com o Pessoal :		
641+642	Remunerações	59 342 511,11	66 383 707,57
	Encargos Sociais :		
643+644	Pensões	13 433 810,82	13 329 141,78
645/8	Outros	34 528 857,62	51 436 244,45
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	17 035 106,26	16 779 606,51
67	Provisões	326 971,87	80 191,10
63	Impostos	453 568,05	461 457,50
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	310 414,47	153 196,16
	(A)	161 313 761,96	178 575 773,10
683+684	Amortizações e Provisões de Aplicações e Investimentos Financeiros	-	-
	Juros e Custos Similares :		
	Relativos a Empresas do Grupo	-	-
	Outros	10 653 483,90	10 399 101,31
	(C)	171 967 245,86	188 974 874,41
69	Custos e Perdas Extraordinários	849 720,01	111 241,20
	(E)	172 816 965,87	189 086 115,61
86	Imposto sobre o Rendimento do Exercício	33 691,42	26 040,33
	(G)	172 850 657,29	189 112 155,94
88	Resultado Líquido do Exercício	- 60 280 205,59	- 70 088 772,85
		112 570 451,70	119 023 383,09
B	PROVEITOS E GANHOS		
71	Vendas :		
	Mercadorias	11 241,97	8 296,33
	Produtos	-	-
72	Prestações de Serviços	73 992 315,41	74 620 690,71
	Variação da Produção	- 2 047,24	- 228 388,09
75	Trabalhos para a Própria Empresa	1 231 406,38	2 124 595,14
73	Proveitos Suplementares	1 958 139,09	775 136,29
74	Subsídios à Exploração	32 859 555,39	39 302 860,83
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	368 876,02	390 090,19
	(B)	110 419 487,02	116 993 281,40
782	Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas	756 481,05	-
784	Rendimentos de Participações de Capital	-	-
	Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações Financeiras:		
	Relativos a Empresas do Grupo	-	-
	Outros	170 740,65	177 553,64
	Outros Juros e Proveitos Similares :		
	Relativos a Empresas do Grupo	-	-
	Outros	87 579,59	73 689,20
	(D)	111 434 288,31	117 244 524,24
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 136 163,39	1 778 858,85
	(F)	112 570 451,70	119 023 383,09

RESUMO:

Resultados Operacionais	(B) - (A) =	- 50 894 274,94	- 61 582 491,70
Resultados Financeiros	[(D) - (B)] - [(C) - (A)] =	- 9 638 682,61	- 10 147 858,47
Resultados Correntes	(D) - (C) =	- 60 532 957,55	- 71 730 350,17
Resultados antes de Impostos	(F) - (E) =	- 60 246 514,17	- 70 062 732,52
Resultado Líquido do Exercício	(F) - (G) =	- 60 280 205,59	- 70 088 772,85

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O PRESIDENTE: Dr. José Manuel Silva Rodrigues
VOGAIS: Eng.º Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma
Eng.º Augusto António Brinquete Proença
Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira
Dr. António de Carvalho Santos e Silva

TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. José Carlos Boa-Alma

Demonstração dos Resultados por Funções EXERCÍCIO DE 2004

	Unidade: Euro	
	2004	2003
Vendas e Prestações de Serviços (1)	106 851 870,80	113 923 551,54
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	-105 999 572,84	-110 242 042,48
Resultados Brutos	852 297,96	3 681 509,06
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2 338 257,08	1 173 522,81
Custos de Distribuição	-7 242 160,16	-6 033 453,90
Custos Administrativos	-14 796 499,32	-16 243 367,28
Outros Custos e Perdas Operacionais	-32 046 170,50	-44 160 702,39
Resultados Operacionais	-50 894 274,94	-61 582 491,70
Custo Líquido de Financiamento	-10 565 904,31	-10 315 444,65
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	756 481,05	
Ganhos (perdas) em outros investimentos	170 740,65	167 591,97
Ganhos (perdas) não usuais	287 371,85	1 667 611,86
Resultados Correntes	-60 245 585,70	-70 062 732,52
Impostos sobre os Resultados Correntes	-33 691,42	-26 040,33
Resultados Correntes Após Impostos	-60 279 277,12	-70 088 772,85
Resultados Extraordinários	-928,47	
Impostos sobre os Resultados Extraordinários		
Resultados Líquidos	-60 280 205,59	-70 088 772,85
Resultados por Ação	-1,839	-2,139

(1) 2004 Inclui: 32 859 555,39 Subsídios à Exploração, sendo
32 783 144,07 afectos à Exploração de Serviço Público de Transportes e
76 411,32 de Subsídios para a Formação de Pessoal afecto a essa Exploração

2003 Inclui: 39 302 860,83 Subsídios à Exploração, sendo
38 968 074,25 afectos à Exploração de Serviço Público de Transportes e
334 786,58 de Subsídios para a Formação de Pessoal afecto a essa Exploração

Nota introdutória

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA, é uma sociedade anónima de capitais públicos, foi constituída em Setembro de 1872 no Rio de Janeiro e tem por actividade principal a exploração de transportes colectivos de superfície na cidade de Lisboa por concessão em regime de exclusividade, renovada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1973 por um período de 50 anos.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. A Carris não irá proceder à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004, a que se encontraria obrigada pelo disposto no Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho, por considerar que:

- (i) os efeitos da consolidação da subsidiária Aurora Finance, BV detida a 100% e constituída no exercício de 2004 se encontram indirectamente reflectidos na sua totalidade nas demonstrações financeiras individuais da Carris em 31 de Dezembro de 2004, atendendo a que esta subsidiária foi constituída apenas com o propósito de contrair um empréstimo obrigacionista no montante de € 215.000.000,00, o qual foi integralmente repassado para a Carris, encontrando-se aquele montante, bem como os juros a ele relativos registados nas suas demonstrações individuais em 31 de Dezembro de 2004;
- (ii) os efeitos da consolidação da subsidiária Carristur, Lda., detida a 100% também seriam materialmente irrelevantes para o objectivo referido no n.º 13.2.2 das normas de consolidação de contas.

A numeração das notas obedece à sequência definida no POC e aquelas que não constam neste anexo não são aplicáveis à empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

- 1 Com efeito a 31 de Dezembro de 2004, a convenção do custo histórico foi derogado na valorização das imobilizações corpóreas, por via da reavaliação para valores de mercado dos terrenos e edifícios de natureza e uso semelhantes, utilizando para o efeito avaliações reportadas a Setembro de 2004, efectuadas por uma entidade especializada e independente. O custo de aquisição dos supra-mencionados terrenos e edifícios havia já sido reavaliado ao abrigo de diploma legal, com base em coeficientes de inflação, no exercício de 1997.

Outros edifícios, por estarem implantados em propriedade alheia ou porque a sua utilização em termos de actividades alternativas seria apenas parcial, não foram sujeitos a reavaliação livre.

O montante dos terrenos e edifícios, de acordo com os registos contabilísticos da Empresa, que não foram sujeitos à reavaliação livre em 31 de Dezembro de 2004, ascendem a € 438.713 e € 1.647.917, respectivamente.

- 2 Em 31 de Dezembro de 2004, por efeito do registo da reavaliação livre indicada na nota 1, o imobilizado corpóreo, os passivos por

impostos diferidos e as reservas de reavaliação, foram aumentadas nos montantes de € 46.223.016, € 10.373.465 e € 35.849.551, respectivamente, não tendo as amortizações do exercício findo aquela data sido afectadas pelos seus efeitos.

Ainda no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, e com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, a Carris alterou o critério valorimétrico relativo à valorização dos investimentos financeiros nas participadas Carristur e Publicarris, anteriormente valorizadas ao custo histórico, para o método da equivalência patrimonial. O efeito em 1 de Janeiro de 2004 desta alteração de política contabilística traduziu-se no aumento da rubrica de investimentos financeiros no montante de € 428.464, por contrapartida da rubrica de ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo. O efeito desta alteração de política contabilística no resultado líquido do exercício de 2004, consistiu no seu aumento no montante de € 756.481.

- 3 Critérios valorimétricos e métodos de cálculo utilizados, relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados:

- As demonstrações financeiras reflectem os registos contabilísticos da Empresa efectuados no pressuposto da continuidade das operações, da especialização do exercício, e em obediência aos demais princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto o constante na nota 31 (Directriz Contabilística n.º 19), e com as derrogações necessárias de acordo com as notas anteriores.

- As demonstrações financeiras da CCFL foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que se refere aos terrenos e edifícios reavaliados que ficaram, assim, registados ao valor de mercado e às participações financeiras referidas na nota 2 que estão registadas pelo método de equivalência patrimonial.

- As provisões para cobranças duvidosas estão constituídas em conformidade com o artigo 34.º do código do IRC, com excepção de uma provisão, constituída em anos anteriores e reforçada no presente exercício para fazer face a dívidas antigas da Câmara Municipal de Lisboa, no valor de € 1.868.939,00.

- As existências estão valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, existindo uma provisão de € 42.457,45 que corresponde ao saldo da conta dos materiais considerados obsoletos.

- Como método de custeio das saídas usa-se o custo médio ponderado.

- Para o activo imobilizado corpóreo, quer esteja valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção (custo histórico), quer esteja reavaliado livremente ou de acordo com as disposições legais (nota 12), utiliza-se como método de cálculo das amortizações o das quotas constantes, sendo a vida útil dos bens como seguidamente se indica:

DESCRIÇÃO	ANOS
Edifícios e outras construções	8 - 100
Equipamento básico:	
Autocarros	8 - 12
Via férrea	16
Carros eléctricos	16
Carros eléctricos articulados	30
Rotáveis de autocarros	8 - 12
Rotáveis de eléctricos	16
Outros	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 6
Ferramentas e utensílios	1 - 14
Equipamento administrativo	1 - 8

- Os bens do activo imobilizado adquiridos em regime de locação financeira estão contabilizados em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 25, e como tal registados no Activo Imobilizado Corpóreo.
 - O Activo Imobilizado Incorpóreo está registado ao custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.
 - Os custos com a conservação plurienal e grandes reparações em edifícios, autocarros e eléctricos e com as grandes reparações de órgãos rotáveis de autocarros são capitalizados. Estes custos são amortizados segundo o método das quotas constantes, num período de dez anos para as grandes reparações em edifícios e de quatro anos para as restantes.
 - Os restantes custos de manutenção e reparação são considerados custos no exercício em que são incorridos.
 - As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.
 - Em 2004 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo, ascenderam a € 32.344.803,78 (€ 38.968.074,25 em 2003).
 - Os subsídios atribuídos à Empresa, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.
- 6 O Imposto corrente sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é determinado com base em declarações de auto-liquidação, elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes. Estas declarações ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir dos exercícios a que respeitam. Não se esperam ajustamentos significativos às declarações dos anos anteriores.

Nos termos do Artigo 81.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2004, existiam os seguintes prejuízos fiscais.

unidade: milhar de euros		
Ano	Prejuízo fiscal declarado	Ano limite para dedução
1998	54 299	2004
1999	67 976	2005
2000	73 942	2006
2001	79 301	2007
2002	69 195	2008
2003	68 808	2009

Tendo em conta o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e dos passivos, não se procedeu ao registo de activos por impostos diferidos relativamente aos prejuízos fiscais reportáveis, no montante de cerca de € 114.000 milhares de euros, por se entender que as operações futuras não irão gerar matéria colectável que permita a utilização destes prejuízos fiscais no seu período de reporte.

Tendo em consideração os prejuízos fiscais reportáveis e o seu período de reporte, os passivos por impostos diferidos registados no exercício e respeitantes às reservas de reavaliação livre e legais sobre bens amortizáveis foram calculados e registados atendendo ao seu valor líquido contabilístico posteriormente ao exercício de 2010. No que respeita à reavaliação efectuada sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal dos terrenos actualizada por coeficientes de actualização monetária, de 1997 para 2004.

O montante do passivo por impostos diferidos registado no período foi de € 10.644.910,61, assim calculado:

	Base Tributável	Passivo por Impostos Diferidos
- Reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais:		
Edifícios	2 009 899,85	
Outro Imobilizado	457 787,81	
	2 467 687,66	271 445,64
- Reavaliação Livre efectuada em 2004:		
Terrenos	34 328 309,96	
Edifícios	3 393 380,84	
	37 721 690,80	10 373 464,97

- 7 O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 2.990 empregados com contratos sem prazo, ou de 3.016 consi-

derando-se também os contratos a prazo. (Em 2003 eram, respectivamente, 3.597 e 3.633).

Adicionalmente informa-se que o número de efectivos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 eram respectivamente de 2.859 e 3.194.

- 8 As contas 431 - "Despesas de instalação" e 432 - "Despesas de investigação e de desenvolvimento" contemplam os seguintes registos:

Conta 431		unidade: euro
ANO	DESCRIÇÃO	VALOR
2002	Despesas com aumento de capital	177 683,77
2002	Estudo de mobilidade aos residentes em Telheiras	27 500,00
2003	Proj. Reestrut. Carris Transp. Público Lisboa	1 327 000,00
2003	Estudo Metro Ligeiro de Superfície	119 500,00
2004	Processo de reestruturação da CCFL	460 000,00
		2 111 683,77

Conta 432		unidade: euro
ANO	DESCRIÇÃO	VALOR
2002	Tecnologias para o SAEIP	12 469,93
		12 469,93

- 10 Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões, constam dos mapas das págs. 62 e 63.
- 12 As reavaliações do imobilizado corpóreo foram efectuadas ao abrigo dos D.L. 430 / 78 de 27 de Abril, D.L. 219 / 82 de 2 de Junho, D.L. 399 - G / 84 de 28 de Dezembro, D. L. 118 - B / 86 de 27 de Maio, D.L. 111 / 88 de 2 de Abril, D.L. 49 / 91 de 25 de Janeiro, D.L. 264 / 92 de 24 de Novembro e D.L. 31 / 98 de 11 de Fevereiro.

Com efeito a 31 de Dezembro de 2004, a empresa procedeu à reavaliação dos terrenos e edifícios de natureza e uso semelhante, para o seu valor de mercado, determinado por avaliações efectuadas pela Luso-Roux, S.A. As amortizações do exercício não foram afectadas por esta reavaliação.

- 13 As reavaliações efectuadas estão discriminadas no mapa da pág. 63.
- 14 Com relação às imobilizações corpóreas em curso:
- Todo o imobilizado esteve afecto à actividade de transportes;
 - O equipamento administrativo e tipográfico em poder de terceiros tem o valor de € 51.053,94 e os edifícios e outras construções implantados em propriedade alheia têm o valor de € 1.065.274,33.
 - Desde 1994 que não são capitalizados quaisquer custos financeiros.

- 15 Foi utilizado, durante o exercício, em regime de locação financeira, equipamento básico - 234 autocarros - com o valor contabilístico total de € 38.745.934,05

O montante das respectivas amortizações acumuladas à data de 31/12/2004 era de € 25.184.637,67

No exercício foram pagas rendas no montante de € 5.431.635,32 sendo € 302.884,08 de juros e € 5.128.751,24 de amortizações de capital.

Em 31 de Dezembro de 2004, a Carris mantinha responsabilidades relativas a rendas vincendas destes contratos de locação financeira no montante de € 9.038.814,50, conforme segue:

ANOS	AMORT. CAPITAL	JUROS	RENDAS
2005	4 600 292,13	193 681,73	4 793 973,86
2006	2 850 218,09	87 315,60	2 937 533,69
2007	1 286 117,56	21 189,39	1 307 306,95
TOTAL	8 736 627,78	302 186,72	9 038 814,50

- 16 As empresas do grupo e associadas são:

Grupo:

CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., com sede na Rua 1º de Maio, 103 - 1300 Lisboa, sendo a fracção do capital de 100% no valor de € 1.295.050,97

As contas desta empresa, no exercício de 2004, apresentavam os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	VALOR
Total do activo líquido	5 175 287,77
Total do capital próprio	1 295 050,97
Total dos proveitos	5 417 154,46
Resultados líquidos	700 366,42

AURORA FINANCE B. V., com sede em Rokin 55, 1012KK Amsterdão, com o capital social de € 18.000,00 detido totalmente pela Carris, cuja participação está registada pelo custo de aquisição.

Esta empresa constitui um *special purpose vehicle* (SPV) e foi criada com o propósito de contrair um financiamento que teve subjacente a emissão de um empréstimo obrigacionista no mercado internacional.

Associadas:

PUBLICARRIS - Publicidade na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA com sede na Rua Mário Castelhano n.º 40 - Queluz de

Baixo, 2749-502 Barcarena, sendo a fracção do capital de 45% no valor de € 148.356,55.

As contas desta sociedade, no exercício de 2004, apresentavam os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	VALOR
Total do activo líquido	946 173,44
Total do capital próprio	329 681,23
Total dos proveitos	2 528 409,20
Resultados líquidos	124 699,18

As participações financeiras na Carristur e na Publicarris encontram-se registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial.

- 22 De artigos do Museu da Carris, encontram-se fora do mesmo, à consignação, existências no montante global de € 1.882,76.
- 23 O valor global dos créditos de cobrança duvidosa discrimina-se como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR
Clientes de cobrança duvidosa	1 249,60
Devedores e credores diversos	2 084 097,46
Outros devedores de cobrança duvidosa	161 428,31

- 25 Os valores globais das dívidas respeitantes ao pessoal, activas e passivas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	VALOR
Activas	37 982,83
Passivas	54 142,48

Na rubrica do Balanço "Acréscimos de Custos" estão incluídos encargos a liquidar com férias e subsídio de férias que se vencem em 1 de Janeiro de 2005, no montante de € 8.224.870,00.

- 28 Não existem pagamentos em mora ao Estado e outros entes públicos.
- 29 As dívidas a terceiros que se vencem a mais de 5 anos, constam das seguintes rubricas do Balanço:

Empréstimos por obrigações	€ 75.000.000,00
Dívidas a Instituições de Crédito	€ 17.777.777,78
Dívidas a Empresas do Grupo	€ 215.000.000,00

- 31 Responsabilidade da Empresa por complementos de pensões de reforma e sobrevivência emergentes do Acordo de Empresa - reser-

vas matemáticas correspondentes, conforme estudo actuarial realizado por entidade independente:

	2004	2003
Reformados e sobreviventes	145 425	135 639
Trabalhadores no activo	36 118	59 031
	181 543	194 670

O aumento das responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência em 31 de Dezembro de 2004 face a 2003 deve-se essencialmente à alteração da tábua de mortalidade utilizada para fins do estudo actuarial reportada a 31 de Dezembro de 2004 (em 2003, a tábua de mortalidade utilizada foi a TV 73/77). Por outro lado, a redução das mesmas responsabilidades no que se refere aos trabalhadores no activo em 31 de Dezembro de 2004 face a 2003 deve-se à redução do número de trabalhadores no decurso de 2004 por via das rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, sem direitos adquiridos ao nível de complementos com pensões na idade de reforma.

Pressupostos actuariais e financeiros considerados:

Data de referência	31/12/04
Idade normal de reforma	65 anos
Pensões de reforma	Pagas 14 vezes no ano
Tábua de mortalidade	TV88/90
Tábua de invalidez	EVK80
Taxa de desconto	5%
Taxa de crescimento dos salários	3%
Taxa de crescimento dos salários da SS	3%
Taxa de inflação	2%
Taxa de crescimento das pensões	0%
Percentagem de casados	80%
Diferença etária para o cônjuge	3 anos (homem mais velho)

Durante o exercício de 2004 a Companhia pagou € 13.416.572,35 relativos a complementos de pensões (€ 13.309.638,80 em 2003).

- 32 Em 31.12.2004, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 25.954.757,36 conforme segue:

DESCRIÇÃO	VALOR
Garantias a favor da D. G. Impostos	24 548 644,77
Garantias a favor dos tribunais	77 504,60
Garantias a favor de outras entidades	1 190 741,14
Garantia solicitada pela Fernave (empresa participada) para garantia de empréstimo bancário	164 603,31
	25 981 493,82

Existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor de diversas instituições bancárias, para garantir empréstimos, no montante de € 69.019.812,27.

34 O desdobramento das contas de provisões acumuladas e a explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, constam do mapa da pág. 64.

36 O Capital da Empresa está dividido em 32.771.998 acções ordinárias nominativas, cujo valor nominal é de 4,99 euros.

37 O Estado Português é detentor de 100% do Capital Social da Empresa.

39 Variação na conta de Reservas de Reavaliação:

SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
3 990 383,17	46 223 016,23	10 373 464,97	39 839 934,43

O aumento refere-se ao resultado da reavaliação livre de terrenos e edifícios e a diminuição corresponde ao montante do passivo por impostos diferidos da mesma reavaliação.

40 Variação nas contas do Capital Próprio:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO FINAL
Capital	163 532 270,02			163 532 270,02
Ajustamentos de partes de Capital em Filiais e Associadas	45 078,17		428 463,94	473 542,11
Reservas de reavaliação	3 990 383,17	10 373 464,97	46 223 016,23	39 839 934,43
Resultados transitados	- 353 690 326,98	70 360 218,49		- 424 050 545,47
Resultados líquidos	- 70 088 772,85	60 280 205,59	70 088 772,85	- 60 280 205,59
	- 256 211 368,47	141 013 889,05	116 740 253,02	- 280 485 004,50

O registo a crédito de € 428.463,94 na rubrica de Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas refere-se ao ajustamento de transição por mudança do método de custo para o método de equivalência patrimonial, conforme se refere na nota 2.

A rubrica de resultados transitados regista a débito, para além dos resultados líquidos do ano transacto, o montante de € 271.445,54 referente ao passivo por impostos diferidos e correspondente a 40% do acréscimo das amortizações das várias reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais.

41 A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do mapa da pág. 64.

42 A demonstração da variação da produção consta do mapa da pág. 65.

A demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços consta do mapa da pág. 65.

43 As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa relacionadas com o exercício das respectivas funções foram:

Remunerações do Conselho de Administração:	€ 386 787,75
Senhas de presença da Mesa da Assembleia Geral:	€ 1 398,15
Total	€ 388.185,90

44 A repartição do valor líquido das prestações de serviços, somente no mercado interno, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	VALOR
Serviço Público	70 683 211,92
Alugueres	829 145,38
Aluguer de espaços para publicidade	800 000,00
Outras	1 679 958,11
TOTAL	73 992 315,41

45 A demonstração dos resultados financeiros consta do mapa das págs. 66 e 67.

46 A demonstração dos resultados extraordinários consta do mapa das págs. 66 e 67.

47 Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, no exercício, as seguintes:

DESCRIÇÃO	VALOR
Custo das matérias consumidas	2 493,90
Fornecimentos e serviços externos	145,22
Custos com pessoal	570 000,48
Outros custos (fotocópias)	1 202,24
Amortizações do Imobilizado Corpóreo	31,30
TOTAL	573 873,14

Houve, em média, 12 trabalhadores afectos, a tempo inteiro, a estas estruturas.

48 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) - Em 31 de Dezembro de 2004, a composição dos empréstimos era a seguinte:

EMPRÉSTIMOS	unidade: euro		
	CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO (1 a 5 anos)	LONGO PRAZO (> 5 anos)
Empréstimos por obrigações			
Não convertíveis			
Emissão de 1998	9 975 957,93	-	-
Emissão de 2003	-	25 000 000,00	75 000 000,00
	9 975 957,93	25 000 000,00	75 000 000,00
Empréstimos bancários			
Empréstimos internos	16 599 557,96	37 752 498,27	-
Empréstimos externos	-	2 222 222,22	17 777 777,78
	16 599 557,96	39 974 720,49	17 777 777,78
Empr. empresas do Grupo	-	-	215 000 000,00
TOTAL	26 575 515,89	64 974 720,49	307 777 777,78

O empréstimo de € 215.000.000,00, com garantia do Estado Português, foi contraído à Aurora Finance, BV, sediada em Amesterdão, que constitui um *special purpose vehicle* (SPV), emitente de um empréstimo obrigacionista do mesmo montante, tomado integral-

mente pelo Depfa, SA - ACS Bank sediado em Dublin. Este empréstimo será reembolsado em 25 prestações semestrais de € 8.600.000 com início em 17 de Maio de 2010.

O empréstimo obrigacionista de 2003, igualmente tomado na íntegra pelo Depfa, SA - ACS Bank, também tem garantia do Estado português e é reembolsado em 4 semestralidades de € 25.000.000 a partir de 28 de Julho de 2009.

Na rubrica do Balanço "Acréscimos de Custos" estão incluídos, referente a empréstimos, € 2.125.213,46 de encargos financeiros, vencidos e não pagos em 31 de Dezembro de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos em dívida dos empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas, na generalidade entre 2,116% e 3,052%. Os empréstimos por obrigações venciam juros a taxas anuais compreendidas entre 2,272% e 2,415%.

Conforme referido na nota 32, a Companhia tem responsabilidades por garantias prestadas em empréstimos obtidos.

b) A rubrica do Balanço "Títulos e Outras Aplicações Financeiras" regista o montante de € 1.421.027,32, respeitante a títulos da dívida pública detidos pela Empresa para garantir pensões de acidentados de trabalho de que foi auto seguradora até 8 de Janeiro de 1999.

Demonstração dos Fluxos de Caixa DEZEMBRO DE 2004 (MÉTODO DIRECTO)

Unidade: Euro

2004

2003

ACTIVIDADES OPERACIONAIS

Recebimentos de Terceiros	98 164 143,01	96 234 157,37
Indemnizações Compensatórias e Outros Subsídios	34 476 795,61	41 668 822,13
Pagamentos a Fornecedores	-73 020 820,42	-64 150 743,51
Pagamentos ao Pessoal	-70 198 269,58	-90 615 596,11
Pagamentos ao Estado	-29 740 028,65	-35 411 439,89

Fluxos Gerados pelas Operações -40 318 180,03 -52 274 800,01

Pagamento (-) / Recebimento do IRC -28 634,06 -24 944,24

Fluxos Gerados Antes das Rubricas Extraordinárias -40 346 814,09 -52 299 744,25

Receb. Relacionados com Rubricas Extraordinárias 94 284,46 86 655,78
Pagam. Relacionados com Rubricas Extraordinárias -5 329,40 -18 505,53

Transferência p/ Trabalhos para a Própria Empresa 1 231 406,38 2 124 595,14

FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) -39 026 452,65 -50 106 998,86

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimentos provenientes de :		
Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00
Imobilizações financeiras	209 444,18	46 316,45
Subsídios ao Investimento	237 849,00	876 740,56
Juros	145 046,13	84 093,81

Pagamentos respeitantes a :
Fornecedores de Imobilizado -23 279 024,00 -10 731 446,24
Investimentos Financeiros -18 000,00 302,38
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas 0,00 -215,00

Transferência p/ Trabalhos para a Própria Empresa -1 231 406,38 -2 124 595,14

FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) -23 936 091,07 -11 848 803,18

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recebimentos provenientes de :		
Empréstimos Obtidos a Médio e Longo Prazo	242 475 771,89	21 936 389,51
Utilização de Empréstimos a Curto Prazo	121 779 500,03	168 154 796,38
Livranças	0,00	0,00
Empréstimos Obrigacionistas	0,00	100 000 000,00
Aumento de Capital	0,00	0,00
Receitas Financeiras	87 558,26	83 376,47

Pagamentos respeitantes a :
Amortização de Empréstimos a Médio e Longo Prazo -9 975 957,96 -4 987 978,97
Amortização de Empréstimos a Curto Prazo -235 471 315,39 -200 296 360,56
Amortização de Livranças 0,00 0,00
Amortização de Empréstimos Obrigacionistas -7 481 968,47 -12 469 947,44
Encargos Financeiros -10 406 944,03 -9 401 269,22

FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3) 101 006 644,33 63 019 006,17

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)=(1)+(2)+(3) 38 044 100,61 1 063 204,13

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO -19 048 623,01 -20 111 827,14

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO 18 995 477,60 -19 048 623,01

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa EXERCÍCIO DE 2004

1 Nada a referir

2 Discriminação dos componentes de Caixa e seus Equivalentes:

Unidade: Euro		
RUBRICAS	31/12/04	31/12/03
Numerário	17 755,03	11 853,43
Depósitos bancários, imediatamente mobilizáveis	18 977 722,57	2 205 756,20
Equivalentes de Caixa:		
Descobertos Bancários	0,00	-75,80
Overdrafts	0,00	-21 266 156,84
Hot Money	0,00	-25 000 000,00
Caixa e seus Equivalentes	18 995 477,60	-19 048 623,01
Outras Disponibilidades	0,00	0,00
Disponibilidades Constantes do Balanço	18 995 477,60	2 217 609,63

3 Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições no montante de 116.663.448,02 euros.

4 Nada a referir.

5 Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, nas rubricas das Actividades Operacionais e de Investimento consta uma parcela referente a "Trabalhos para a Própria Empresa", que embora correndo pelos fluxos Operacionais, respeitam na verdade a actividades de investimento.

Activo Bruto

NOTA 10 DO POC

Unidade: Euro

RUBRICA	SALDO INICIAL	REAVLIAÇÃO/ AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Imobilizações Incorpóreas :						
Despesas de Instalação	1 847 251,31		460 000,00	-	-195 567,54	2 111 683,77
Despesa de Investigação e de Desenvolvimento	65 445,69		-	-	-52 975,76	12 469,93
Propriedade Industrial e Outros Direitos	-		-	-	-	-
Trespases	-		-	-	-	-
Imobilizações em Curso	521 853,57		98 247,73	-	-620 101,30	0,00
Adiantamentos por C/ Imobilizações Incorpóreas	-		-	-	-	-
	2 434 550,57	0,00	558 247,73	0,00	-868 644,60	2 124 153,70
Imobilizações Corpóreas :						
Terrenos e Recursos Naturais	2 467 738,79	34 754 405,22	1 688 353,72	-	-	38 910 497,73
Edifícios e Outras Construções	88 210 664,39	11 468 611,01	171 425,35	-	-286 627,16	99 564 073,59
Equipamento Básico	218 045 987,25	-	12 603 705,52	12 046 886,68	-1 391 195,63	217 211 610,46
Equipamento de Transporte	2 359 567,86	-	-	27 550,35	-140,73	2 331 876,78
Ferramentas e Utensílios	4 492 697,04	-	545 643,59	-	2 630 363,40	7 668 704,03
Equipamento Administrativo	10 706 581,50	-	818 373,51	55 173,79	-292 882,13	11 176 899,09
Taras e Vasilhame	-	-	-	-	-	-
Outras Imobilizações Corpóreas	36 436,38	-	-	-	-	36 436,38
Imobilizações em Curso	5 093 596,49	-	4 377 779,77	-	-3 022 580,66	6 448 795,60
Adiantamentos por C/ Imobilizações Corpóreas	-	-	-	-	-	-
	331 413 269,70	46 223 016,23	20 205 281,46	12 129 610,82	-2 363 062,91	383 348 893,66
Investimentos Financeiros :						
Partes de Capital em Empresas do Grupo	256 212,53	1 038 838,44	18 000,00	-	-	1 313 050,97
Partes de Capital em Empresas Associadas	67 500,00	80 856,55	-	-	-	148 356,55
Empréstimos a Empresas Associadas	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	-	-
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	2 073 264,66	-8 630,00	-	-209 444,18	-	1 855 190,48
Outros Empréstimos Concedidos	1 122 857,80	-	-	-	-	1 122 857,80
Imobilizações em Curso	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por C/ Investimentos Financeiros	-	-	-	-	-	-
	3 519 834,99	1 111 064,99	18 000,00	209 444,18	0,00	4 439 455,80
TOTAL	337 367 655,26	47 334 081,22	20 781 529,19	12 339 055,00	-3 231 707,51	389 912 503,16

Amortizações e Provisões NOTA 10 DO POC

Unidade: Euro				
RUBRICA	SALDO INICIAL	REFORÇO (a)	REGULARIZAÇÕES (b)	SALDO INICIAL
Imobilizações Incorpóreas :				
Despesas de Instalação	814 523,40	703 894,59	195 567,54	1 322 850,45
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	61 289,05	4 156,64	52 975,76	12 469,93
Propriedade Industrial e Outros Direitos	-	-	-	-
Trespases	-	-	-	-
	875 812,45	708 051,23	248 543,30	1 335 320,38
Imobilizações Corpóreas :				
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-
Edifícios e Outras Construções	73 762 683,31	3 381 362,38	304 104,79	76 839 940,90
Equipamento Básico	163 496 735,91	10 555 411,13	13 355 957,38	160 696 189,66
Equipamento de Transporte	2 102 183,25	144 374,36	7 028,31	2 239 529,30
Ferramentas e Utensílios	2 330 298,51	1 280 952,15	8 087,78	3 603 162,88
Equipamento Administrativo	9 237 943,08	964 955,01	395 906,34	9 806 991,75
Taras e Vasilhame	-	-	-	-
Outras Imobilizações Corpóreas	-	-	-	-
	250 929 844,06	16 327 055,03	14 071 084,60	253 185 814,49
Investimentos Financeiros :				
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	5 847,00	-	5 347,00	500,00
Outros Empréstimos Concedidos	489 911,50	-	-	489 911,50
	495 758,50	0,00	5 347,00	490 411,50
TOTAL	252 301 415,01	17 035 106,26	14 324 974,90	255 011 546,37

(a) Corresponde às amortizações registadas no Exercício

(b) Inclui reduções por Abates ou Alienações

Quadro Discriminativo das Reavaliações NOTA 13 DO POC

Unidade: Euro				
RUBRICA	CUSTOS HISTÓRICOS (a)	REAVALIAÇÕES DECRETO LEI (a) (b)	REAVALIAÇÃO LIVRE 2004 (a)	VALORES CONTABILÍSTICOS REAVALIADOS
Imobilizações Corpóreas :				
Terrenos e Recursos Naturais	1 946 787,41	2 209 305,10	34 754 405,22	38 910 497,73
Edifícios e Outras Construções	4 671 040,89	6 584 480,79	11 468 611,01	22 724 132,69
Equipamento Básico	54 887 152,71	1 628 268,09	-	56 515 420,80
Equipamento de Transporte	92 347,48	-	-	92 347,48
Ferramentas e Utensílios	4 065 541,15	-	-	4 065 541,15
Equipamento Administrativo	1 369 907,34	-	-	1 369 907,34
Outras Imobilizações Corpóreas	36 436,38	-	-	36 436,38
TOTAL	67 069 213,36	10 422 053,98	46 223 016,23	123 714 283,57

(a) - Líquidos de Amortizações

(b) - Englobam as Sucessivas Reavaliações Autorizadas por Decreto-Lei

Mapa de Provisões NOTA 34 DO POC

Unidade: Euro				
CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	-	-	-	-
28 Provisões para Cobranças Duvidosas	1 860 068,84	184 925,17	15 738,00	2 029 256,01
29 Provisões para Riscos e Encargos	5 021 410,80	154 314,47	67 696,00	5 108 029,27
39 Provisões para Depreciação de Existências	187 312,45	0,00	144 855,00	42 457,45
49 Provisões para Investimentos Financeiros	495 758,50	0,00	5 347,00	490 411,50

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas NOTA 41 DO POC

Unidade: Euro		
MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Existências Iniciais	72 278,39	2 549 085,76
Compras	5 426,32	21 438 341,20
Regularização de Existências	-2 947,36	0,00
Existências Finais	66 380,68	4 416 846,04
Custos no Exercício	8 376,67	19 570 580,92

Demonstração da Variação da Produção NOTA 42 DO POC

MOVIMENTOS	Unidade: Euro		
	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS RESÍDUOS E REFUGOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO
Existências Finais	-	-	198 211,51
Regularização de Existências	-	-	-
Existências Iniciais	-	-	200 258,75
Aumento / Redução no Exercício (-)	-	-	-2 047,24

Demonstração do Custo das Vendas e das Prestações de Serviços NOTA 42 DO POC

MOVIMENTOS	Unidade: Euro		
	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS RESÍDUOS E REFUGOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Existências Iniciais	200 258,75	-	-
Entradas Provenientes da Produção	1 298 952,55	-	104 698 573,05
Regularização de Existências	-	-	-
Saídas para a Produção e Imobilizado	-	-	-
Existências Finais	-198 211,51	-	-
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	1 300 999,79	-	104 698 573,05

Demonstração dos Resultados Financeiros NOTA 45 DO POC

Custos e Perdas

Unidade: Euro

		EXERCÍCIOS	
		2004	2003
681	Juros Suportados	9 600 176,45	9 326 722,67
682	Perdas em Empresas do Grupo e Associadas	-	-
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	-	-
684	Provisões para Aplicações Financeiras	-	-
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	-	5,79
686	Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	-	-
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	-	-
688	Outros Custos e Perdas Financeiros	1 053 307,45	1 072 372,85
Resultados Financeiros		- 9 638 682,61	- 10 147 858,47
		1 014 801,29	251 242,84

Demonstração dos Resultados Extraordinários NOTA 46 DO POC

Custos e Perdas

Unidade: Euro

		EXERCÍCIOS	
		2004	2003
691	Donativos	44 748,82	18 413,30
692	Dívidas Incobráveis	3 585,86	22 252,79
693	Perdas em Existências	-	-
694	Perdas em Imobilizações	728 345,49	53 356,13
695	Multas e Penalidades	55 585,49	2 763,92
696	Aumentos de Amortizações e de Provisões	-	-
697	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	17 454,35	14 455,06
Resultados Extraordinários		286 443,38	1 667 617,65
		1 136 163,39	1 778 858,85

Proveitos e Ganhos

Unidade: Euro

		EXERCÍCIOS	
		2004	2003
781	Juros Obtidos	147 519,50	149 045,51
782	Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas	756 481,05	-
783	Rendimentos de Imóveis	92 603,11	84 840,22
784	Rendimentos de Participações de Capital	-	-
785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	-	-
786	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	17 773,71	17 357,11
787	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	-	-
788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	423,92	-
		1 014 801,29	251 242,84

Proveitos e Ganhos

Unidade: Euro

		EXERCÍCIOS	
		2004	2003
791	Restituição de Impostos	2 992,78	-
792	Recuperação de Dívidas	633,05	-
793	Ganhos em Existências	-	-
794	Ganhos em Imobilizações	110 470,71	12 227,15
795	Benefícios de Penalidades Contratuais	7 543,92	228 493,37
796	Reduções de Amortizações e de Provisões	221 368,23	462 840,91
797	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	793 154,70	1 075 297,42
		1 136 163,39	1 778 858,85

Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos EXERCÍCIO DE 2004

Origem dos Fundos

Unidade: Euro

INTERNAS:		
Resultado Líquido do Exercício	-60 280 205,59	
Amortizações		
Do Exercício	17 035 106,26	
Variação de Provisões	105 603,64	-43 139 495,69
MOVIMENTOS FINANCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO :		
Diminuições de Investimentos Financeiros :		
Partes de Capital em Empresas Associadas	9 135,37	
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	218 074,18	227 209,55
Aumentos de Dívidas a Terceiros a M. e L. Prazo:		
Dívidas a Instituições de Crédito	10 876 213,93	
Empresas do Grupo	215 000 000,00	225 876 213,93
DIMINUIÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES :		
Cessão de Imobilizações		
(Pelo Valor Contabilístico Líquido)		
Imobilizações Corpóreas :		
Edifícios e Outras Construções	11 999,21	
Equipamento Básico	305 233,56	
Equipamento de Transporte	20 662,77	
Ferramentas e Utensílios	66,15	
Equipamento Administrativo	3 252,36	
Outras Imobilizações Corpóreas	0,00	
Imobilizações em Curso	700 476,38	1 041 690,43
		184 005 618,22

Aplicação dos Fundos

Unidade: Euro

MOVIMENTOS FINANCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO:

Aumentos de Investimentos Financeiros:

Partes de Capital em Empresas do Grupo

718 366,42

718 366,42

Diminuições de Dívidas a Terceiros a M. e L. Prazo:

Empréstimos por Obrigações Não Convertíveis

9 975 957,94

Fornecedores de Imobilizado, c/c

4 602 015,64

14 577 973,58

AUMENTOS DE IMOBILIZAÇÕES:

Trabalhos da Empresa para Ela Própria

1 231 406,38

Aquisição de Imobilizações

19 532 122,81

20 763 529,19

Aumento dos Fundos Circulantes

147 945 749,03

184 005 618,22

Demonstração da Variação dos Fundos Circulantes EXERCÍCIO DE 2004

Unidade: Euro

Aumento das Existências		Diminuição das Existências	
Matérias primas subsidiárias e de consumo	1 867 760,28	Produtos e Trabalhos em Curso	2 047,24
		Mercadorias	5 897,71
		Adiantamentos p/ Conta de Compras	1 024 532,26
Aumentos das Dívidas de Terceiros a C. Prazo		Diminuição das Dívidas de Terceiros a C. Prazo	
Clientes c/c	933 116,20	Clientes de Cobrança Duvidosa	3 123,36
Estado e Outros Entes Públicos	4 518 423,03	Adiantamentos a Fornecedores	4 766,46
Outros Devedores	66 220,49		
Diminuições das Dívidas a Terceiros a C. Prazo		Aumentos das Dívidas a Terceiros a C. Prazo	
Dívidas a Instituições de Crédito	128 334 448,00	Empréstimos por Obrigações - Não Convertíveis	2 493 989,47
Fornecedores c/c	919 845,25	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência	659 717,80
Outros credores	577 508,88	Empresas Participadas e Participantes	4 737,63
		Fornecedores de Imobilizado c/c	2 335 338,35
		Estado e Outros Entes Públicos	58 409,87
Aumentos das Disponibilidades		Aumentos de Acréscimos e Diferimentos	
Depósitos bancários	16 771 966,37	Proveitos Diferidos	306 278,29
Caixa	5 901,60		
Diminuições de Acréscimos e Diferimentos		Diminuições de Acréscimos e Diferimentos	
Acréscimos de Custos	680 272,29	Acréscimos de Proveitos	2 181,69
Aumentos de Acréscimos e Diferimentos		Aumento dos Fundos Circulantes	
Custos diferidos	171 306,77		147 945 749,03
	154 846 769,16		154 846 769,16

relatório e parecer do fiscal único

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais aplicáveis, submetemos à esclarecida apreciação de V. Exas. os nossos Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., relativos a 2004.

Relatório

1. Acompanhámos com regularidade, ao longo do exercício, a actividade da empresa através da leitura e análise das actas do Conselho de Administração, reunindo com este órgão, ou isoladamente com os seus membros, e com os Serviços da empresa. Fizemo-lo também através do exame de contratos, livros, registos contabilísticos e, por amostragem, documentos de suporte das operações.
2. Os relatórios dos trabalhos efectuados pelo Gabinete de Controlo Interno e Auditoria e a certificação das contas emitida pelos Auditores Independentes Multinacionais foram também documentos úteis para o desempenho das nossas funções.
3. O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos os esclarecimentos que lhes solicitámos sobre as análises e verificações a que procedemos.
4. Existe concordância entre o conteúdo do Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras.
5. É nossa convicção de que os documentos de prestação de contas observam as disposições legais aplicáveis e os princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto nos significativos efeitos das situações descritas nas Reservas que constam da Certificação Legal das Contas, as quais devem ser consideradas na compreensão da situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2004, do resultado apurado e dos fluxos de caixa no exercício. Devem também ser observadas as Ênfases que constam da Certificação Legal das Contas.
6. Os critérios valorimétricos e as políticas contabilísticas utilizados são referidos na Nota 3 do Anexo.
7. O Capital Próprio da empresa em 31 de Dezembro de 2004 apresenta um valor negativo de 280 485 004,50 euros, sem considerar as reservas quantificadas que constam da Certificação Legal das Contas, no montante de 182 583 743,51 euros, das quais as responsabilidades por complementos de pensões não provisionadas foram avaliadas naquela data em 181 543 milhares de euros. Esta situação coloca a continuidade da empresa dependente do apoio financeiro do seu accionista Estado que em 2004 atribuiu 32 344 803,78 euros de indemnização compensatória, valor inferior em 6 623 270,47 euros ao dado no exercício anterior, mas insuficiente para afastar as preocupações financeiras da gestão da empresa, pois o Capital Próprio negativo aumentou de 256 211 368,47 euros em 2003, para 280 485 004,50 euros em 2004. Torna-se, por isso, muito importante a definição de uma estratégia do accionista Estado com vista ao saneamento da situação financeira apresentada, tendo sobretudo em atenção a avaliação cuidadosa dos preços sociais praticados pela Empresa, face aos custos reais do serviço pres-

tado, a resolução da pesada responsabilidade não fundada nem provisionada dos complementos de pensões e, cumulativamente, a abrangência da Empresa pelo Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

8. É de salientar que as indemnizações por cessação de contratos de trabalho totalizaram apenas 16 323 190,42 euros em 2004 contra 31 695 027,61 euros em 2003. O prejuízo líquido do exercício de 2004 baixou cerca de 9 809 milhares de euros em relação ao exercício de 2003, e os resultados operacionais negativos baixaram cerca de 10 688 milhares de euros. Tal fica a dever-se a economias nos custos de pessoal em 2004 (23 844 milhares de euros) derivadas da elevada cessação de contratos de trabalho em 2003 e 2004, parcialmente compensadas por maiores custos em Fornecimentos e Serviços Externos (4 367 milhares de euros) e por menores proveitos em Subsídios à Exploração (6 443 milhares de euros). De notar ainda que a elevada rescisão de contratos realizada em 2003 e 2004 é a principal razão para o decréscimo verificado nas responsabilidades por complementos de pensões não provisionadas de 194 670 milhares de euros em 2003 para 181 543 milhares de euros em 2004.

9. O Conselho de Administração descreve com transparência e pormenorizadamente, no bem elaborado Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras apresentados, a sua acção na condução dos negócios da Empresa, e os principais factores que condicionaram e influenciaram a actividade, o resultado, os fluxos de caixa e a situação financeira em 2004. Perspectiva, também a evolução e os

objectivos futuros a atingir pela CARRIS, enquadrados nas novas opções estratégias cuja implementação foi iniciada no exercício de 2003 e prosseguiu, com bastante êxito, em 2004.

10. Emitimos a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual que nos competem como Revisores Oficiais de Contas.
11. Agradecemos ao Conselho de Administração a referência positiva feita no seu Relatório à nossa cooperação, a qual só pode ser atribuída ao profissionalismo interessado e participativo que utilizamos como norma no desempenho das nossas funções, no exercício das quais, no entanto, preservamos sempre a nossa total independência.

Parecer

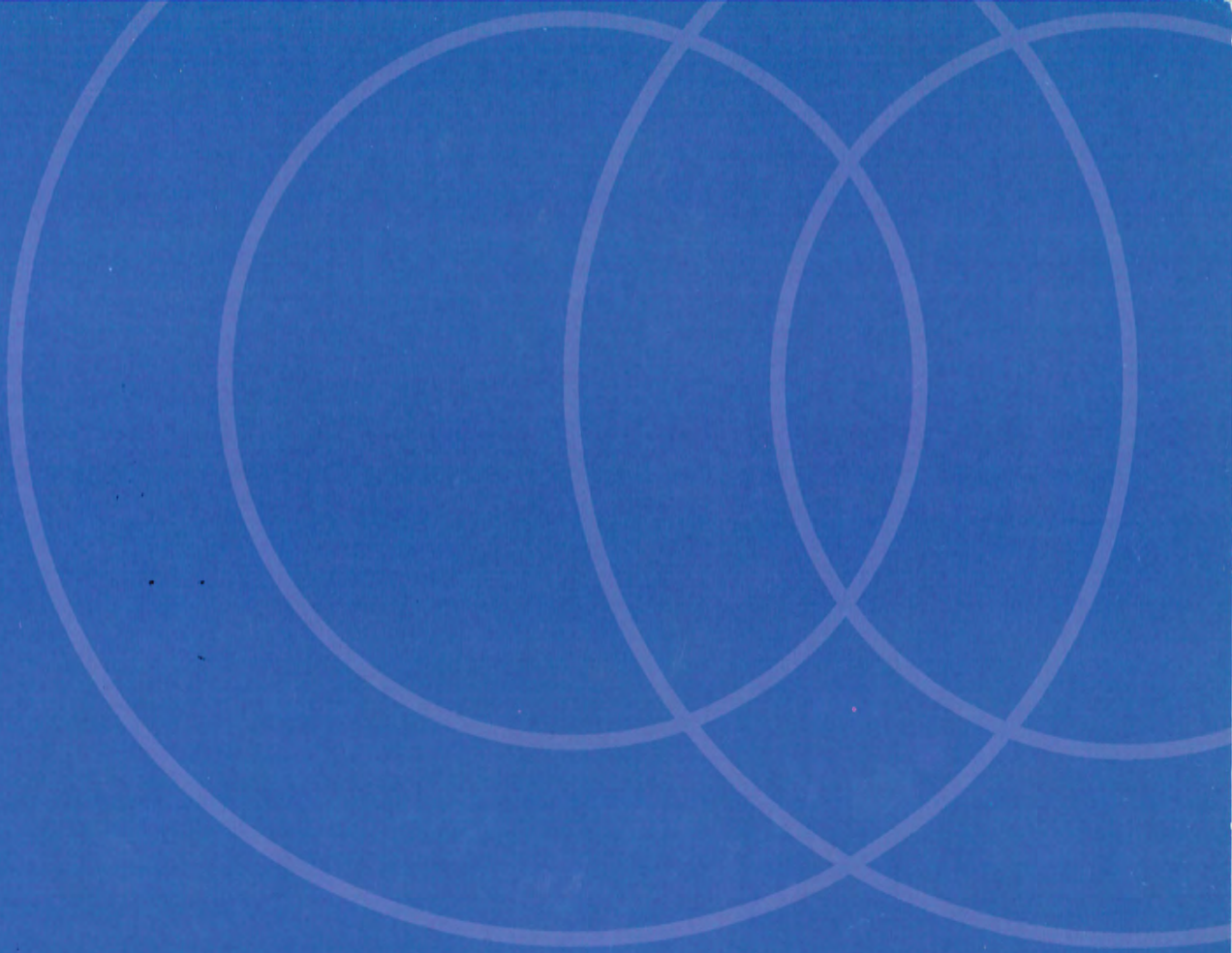
Sem prejuízo do exposto atrás no Relatório, somos de parecer que merecem a Vossa aprovação:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2004 apresentados pelo Conselho de Administração;
2. A Proposta de Aplicação de Resultados.

Lisboa, 3 de Março de 2005

RRR – Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues, SROC N.º 88 representada pelo sócio Dr. Leontino Raimundo Aleixo - ROC N.º 98





certificação legal das contas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004, (que evidencia um total de Balanço de 184 285 854,92 euros e um total de Capital Próprio negativo de 280 485 004,50 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 60 280 205,59 euros), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da CARRIS a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das

Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da CARRIS, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

6. O Acordo de Empresa em vigor dá direito a complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. A CARRIS apenas regista como custo do exercício os complementos nele pagos. Em 2004 o pagamento de complementos de pensões totalizou 13 416 572,35 euros. Não tem sido constituído fundo nem criada qualquer provisão para fazer face às responsabilidades com os complementos de pensões. Estas responsabilidades foram avaliadas por cálculo actuarial referido a 31 de Dezembro de 2004 em 181 543 milhares de euros, sendo 145 425 milhares de euros relativos a reformados e sobreviventes, e 36 118 milhares de euros respeitantes a trabalhadores no activo. O valor actual das responsabilidades por serviços até 31.12.2004 dos trabalhadores no activo foi determinado pelo Método do "Unit Credit" projectado. Os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades antes referidas estão descritos na Nota 31 do Anexo.
7. No Balanço em 31 de Dezembro de 2004 está registada em Investimentos Financeiros-Outras Aplicações

Financeiras uma participação de 6% no capital social da FERNAVE, S.A. pelo custo de aquisição, no montante de 407 797,21 euros, e em Investimentos Financeiros-Outros Empréstimos Concedidos vários empréstimos feitos à mesma empresa no montante de 1 122 857,80, já provisionados em 2002 em 489 911,50 euros, pelo que o valor líquido dos empréstimos concedidos é de 632 946,30 euros. O capital próprio da FERNAVE em 31 de Dezembro de 2003 era negativo em 13 214 690 euros. Não existem ainda disponíveis demonstrações financeiras de 2004 certificadas daquela empresa, pelo que não nos foi possível analisar a evolução da situação financeira da empresa durante o exercício de 2004. No entanto, face ao elevado capital próprio negativo de 2003, teria sido prudente o reforço em 2004 da provisão já existente pela parte dos activos referidos ainda não provisionada, no montante de 1 040 743,51 euros.

8. A Empresa possui, em 31 de Dezembro de 2004, uma participação financeira de 100% do Capital da AURORA FINANCE B.V., sociedade constituída em 2004 em Amsterdão (Holanda) com o Capital Social de 18 milhares de euros, correspondente ao custo de aquisição pelo qual se encontra registada nas Contas. No Balanço da Empresa esta participada é credora do montante de 215 000 milhares de euros, o qual corresponde ao valor de um financiamento externo que a Empresa obteve e já recebeu, em que a participada desempenha apenas uma função instrumental de veículo para obtenção e gestão do mesmo. Nas Contas da Empresa aparecem mais os seguintes registos relacionados com esta participada: No Balanço, em Acréscimos e Diferimentos – Acréscimos de Custos foi registada a verba de 602 806,25 euros relativa aos juros do financiamento de 215 000 milhares de euros referentes ao período de 17 de Novembro a 31 de Dezembro de 2004, cujo pagamento só se vence em 2005. Na Demonstração de Resultados, em Custos e Perdas – Juros e Custos Similares, foram registados juros

devidos em 2004 relativos ao empréstimo obtido, no montante de 2 435 369,59 euros, que compreendem pagamentos efectuados à participada durante o exercício, no montante de 1 832 563,34 euros, e a verba de 602 806,25 euros, atrás referida, lançada em Acréscimos de Custos. Não dispusemos de Demonstrações Financeiras certificadas da Aurora Finance B.V. em 31 de Dezembro de 2004 que nos permitissem testar e concluir quanto a outros efeitos, se existissem, nas Demonstrações Financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2004, e dos ajustamentos que eventualmente pudessem ter sido identificados caso tivéssemos disposto dos documentos referidos, incluindo mais informação sobre a participada que na Nota 16 do Anexo está incompleta. (Vidé Nota Introdutória e Nota 16 do Anexo).

Opinião

9. Em nossa opinião, e dada a relevância e significado dos efeitos das situações descritas nos parágrafos n.ºs 6, 7 e 8 acima, as referidas Demonstrações Financeiras não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
 - 10.1. A actividade de transportes colectivos urbanos de superfície que a CARRIS desenvolve na cidade de Lisboa tem vindo a gerar prejuízos que em 31.12.2004 totalizam 484 330 751,06 euros, sendo 424 050 545,47 euros relativos a exercícios anteriores e 60 280 205,59 euros referentes ao exercício de 2004. O Estado Português tem vindo a contri-

buir para financiar a situação através de indemnizações compensatórias e de dotações para capital. Em 2004 os subsídios à exploração totalizaram 32 859 555,39 euros, dos quais a indemnização compensatória representa 32 344 803,78 euros (valor este inferior em 6 623 270,47 euros ao de 2003). Em 2003 e 2004 não foram feitas dotações de capital. O Capital Próprio da CARRIS em 31.12.2004 apresenta um valor negativo de 280 485 004,50 euros. Se a este montante adicionarmos as reservas quantificadas referidas nos parágrafos n.ºs 6 e 7 atrás, o Capital Próprio atinge o valor negativo de 463 068 748,01 euros. Portanto, a continuidade das operações socialmente indispensáveis que a CARRIS desenvolve está dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado (accionista a 100%), compensando, de uma forma objectiva, a insuficiência dos preços sociais praticados para a cobertura dos custos suportados e saneando a situação financeira deficitária existente em 31 de Dezembro de 2004. (Vidé Notas 3 e 40 do Anexo).

- 10.2. A Empresa procedeu, com efeitos à data de 31 de Dezembro de 2004, à reavaliação livre para o valor de mercado da quase totalidade dos seus terrenos e edifícios, afectos ao desempenho da actividade de transportes colectivos urbanos, englobados na rubrica de Imobilizações Corpóreas, o qual foi determinado por avaliações feitas por uma empresa especializada independente, no montante de 46 223 016,23 euros (Terrenos: 34 754 405,22 euros e Edifícios e Outras Construções: 11 468 611,01 euros). Como resultado da reavaliação efectuada, as Imobilizações Corpóreas, os Passivos por Impostos Diferidos e as Reservas de Reavaliação – Outras foram aumentados, respectivamente, de 46 223 016,23, 10 373 464,97 e 35 849 551,26 euros. O Capital Próprio da Empresa teve, como consequência, um aumento em 2004 no valor de

35 849 551,26 euros correspondente à Reserva de Reavaliação livre criada. A reavaliação feita em 31 de Dezembro de 2004, não teve efeito nos custos (amortizações do exercício) em 2004 e não afectou, por isso, o Resultado Líquido do Exercício apurado. (Vidé Notas 1, 6, 12, 39 e 40 do Anexo).

- 10.3. A Empresa decidiu aplicar em 2004 o método da equivalência patrimonial na contabilização dos Investimentos Financeiros na empresa do Grupo CARRISTUR e na empresa associada PUBLICARRIS antes contabilizadas pelo método do custo histórico. Como resultado desta alteração da política contabilística em 2004, os Investimentos Financeiros (Activo) foram aumentados de 1 119 694,99 euros, os Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais Associadas (Capital Próprio) em 428 463,94 euros e o Resultado Líquido do Exercício em 756 481, 05 euros. (Vidé Notas 2, 10 e 40 do Anexo).
- 10.4. O Balanço em 31 de Dezembro de 2004 apresentado pelo Conselho de Administração mostra a perda da totalidade do Capital Social, situação que é ampliada com as reservas dos parágrafos n.ºs 6 e 7 acima, pelo que a Empresa está abrangida pelo artigo 35º do CSC. A situação referida e o prejuízo incorrido em 2004 revelam a existência de uma incerteza material que pode levantar dúvidas acerca da capacidade da Empresa prosseguir a sua actividade numa óptica de continuidade sem a concretização de suporte financeiro adequado do seu accionista único e sem a realização de resultados positivos no futuro. (Vidé Nota 40 do Anexo).

Lisboa, 3 de Março de 2005

RRR - Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues, SROC N.º 88 representada pelo sócio Dr. Leontino Raimundo Aleixo - ROC N.º 98

